

CLEVERSON LUÍS CORRÊA

PRINCIPAIS PROGRAMAS DA POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE
COMÉRCIO EXTERIOR E O IMPACTO SOBRE AS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS (2003-2008)

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Dayane Rocha

CURITIBA

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

CLEVERSON LUÍS CORRÊA

**PRINCIPAIS PROGRAMAS DA POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE
COMÉRCIO EXTERIOR E O IMPACTO SOBRE AS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS (2003-2008)**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Graduação no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná:

ORIENTADORA:



Professora Mestre Dayane Rocha

Departamento de Economia UFPR



Professora Doutora Denise Maria Maia

Departamento de Economia UFPR



Professor Mestre Othon Juruá Rolim de Souza Reis

Departamento de Economia UFPR

Curitiba, 10 de dezembro de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois foi quem sempre me confortou e amparou durante todos os momentos difíceis, no decorrer da graduação e dos demais momentos de minha vida.

À minha mãe, pela compreensão, dedicação, carinho e incentivo destinados a mim, sem seu apoio não chegaria até aqui.

À minha madrinha Selma, pelas palavras de incentivos e carinho nos momentos difíceis.

Aos meus amigos pelo compartilhamento dos momentos de alegria e difíceis durante a graduação, especial agradecimento a Ludmila pela ajuda na correção desse trabalho.

À Dayane Rocha, obrigado.

A todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, colaboraram para a elaboração desse trabalho, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a política industrial, tecnológica e de comércio exterior (PITCE), desenvolvida no Brasil a partir de 2003, verificar os principais programas voltados para melhorar as condições das micro e pequenas empresas e verificar qual o impacto causado nessas empresas. Para isso serão analisadas variáveis como: quantidade de emprego gerado, remuneração média, número de empresas, participação nas exportações, sobrevivência e mortalidade. Os setores que serão estudados: construção civil, comércio, indústria de transformação e serviços.

Palavra chave: PITCE, inovação, mortalidade, sobrevivência e emprego.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1. CARACTERÍSTICAS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	7
1.1 IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	8
1.2 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS.....	11
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
1.4 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA HORIZONTAL.....	14
1.5 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA VERTICAL.....	15
1.6 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS NO BRASIL.....	16
1.7 CONSIDERAÇÕES.....	18
2 POLÍTICA INDUSTRIAL.....	20
2.1 POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR.....	21
a) Lei da inovação.....	25
i) Programa nacional de incubadora.....	28
ii) Programa de apoio a pesquisa em empresas.....	29
b) Inserção externa.....	34
i) Centro de distribuição no exterior.....	34
c) Modernização industrial.....	35
i) Modernização do parque industrial.....	36
ii) Cartão BNDES.....	38
iii) Projeto de extensão industrial aduaneiro.....	38
iv) Regime aduaneiro de entreposto industrial sob controle informatizado.....	40
2.2 CONSIDERAÇÕES.....	40
3 COMPORTAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	42

	7
3.1 QUANTIDADES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	43
3.2 GERAÇÃO DE EMPREGO.....	48
3.3 REMUNERAÇÃO MÉDIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....	49
3.4 EXPORTAÇÃO.....	51
3.5 SOBREVIVÊNCIA E MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	54
3.6 CONSIDERAÇÕES	54
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS	60
ANEXOS.....	63

INTRODUÇÃO

A década de 1990 no Brasil é marcada pela inserção do país no processo de globalização resultante da abertura econômica, gerando mudanças de ordem institucional e de ordem produtiva. Neste ambiente dinâmico de internacionalização das economias exige-se maior flexibilidade, rapidez e capacidade de adaptação às mudanças do mercado.

A abertura econômica obrigou a economia brasileira a se reestruturar, pois provocou, devido à entrada dos produtos estrangeiros, um aumento na oferta de bens e serviços de maior qualidade, melhor tecnologia. Além disso, a abertura promoveu o aumento da competitividade e a queda de preços gerada pela maior concorrência, resultando em um grande contingente de falências e um aumento considerável no nível de desemprego. Como forma de amenizar esses resultados negativos o governo passa a estimular a criação, o desenvolvimento e o crescimento das micro e pequenas empresas através de políticas industriais. Na década de 1990 a política industrial adotada buscava aumentar a competição de setores específicos, através da modernização e reestruturação das empresas. A partir de 2003 é que a política industrial apresenta programas de estímulo e desenvolvimento das MPE no Brasil.

O foco deste trabalho está nos impactos das políticas federais sobre as micro e pequenas empresas (MPE). Escolheu-se este recorte pela importância das MPE na geração de emprego e renda, principalmente quando se trata de uma economia em desenvolvimento como a do Brasil. Além disso, as micro e pequenas empresas representam a grande maioria das empresas brasileiras, atingindo 99,12% das empresas formais, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2009).

A política federal que será analisada é a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) de 2003, uma das mais importantes políticas industriais efetivamente implementada no âmbito das MPE. Os aspectos analisados serão os estímulos financeiros e fiscais; os programas para criação, desenvolvimento, inovação, financiamento e de apoio à exportação das micro e pequenas empresas.

O ponto de partida desta análise é a preocupação com o aumento da competitividade, do crescimento econômico e do emprego no Brasil. Serão destacadas também as estratégias e instrumentos voltados para a criação de um ambiente favorável ao investimento, a intensificação da capacidade e da inovação tecnológica para fortalecimento das micro e pequenas empresas (MPE).

O primeiro capítulo apresentará, nessa ordem: as características das micro e pequenas empresas; 1.1) a importância dessas empresas para o desenvolvimento da economia; 1.2) a relevância das políticas industriais para o desenvolvimento dessas empresas; 1.3) o referencial teórico; 1.4) instrumento horizontal; 1.5) instrumento vertical; 1.6) o histórico das políticas industriais no Brasil e; 1.7) as considerações.

No segundo capítulo será apresentada uma breve introdução da política industrial, a PITCE, sua função, características e implantação. Em seguida, serão estudados os principais programas desenvolvidos pela PITCE, tanto os destinados à expansão da empresa dentro do país quanto fora. Por fim, serão expostas as considerações desse capítulo.

No terceiro capítulo será analisado qual a situação das MPE - antes e após a implementação da PITCE - sobre a quantidade de estabelecimentos, a geração de emprego, a remuneração média, as exportações e a taxa de natalidade e mortalidade. Por fim, será apresentada a conclusão, na qual serão destacados os pontos relevantes da MPE e da PITCE para a economia brasileira.

Neste contexto, o objetivo do trabalho é analisar os principais programas da política industrial, tecnológica e de comércio exterior e o impacto gerado nas micro e pequenas empresas brasileiras.

1. CARACTERÍSTICAS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas apresentam dificuldades em disputar mercado com as grandes empresas, principalmente porque as grandes empresas possuem caráter inovador, se utilizam de novas tecnologias e dispõem de recursos financeiros para investir na sua produção. As MPE, por sua vez, são intensivas em mão de obra, e, por isso, são de extrema importância para o desenvolvimento econômico. Para fortalecer essas empresas o governo desenvolve políticas industriais que as estimulam.

A PITCE desenvolvida em 2003 apresenta políticas que auxiliam as MPE. Essas políticas incentivam a abertura de novas empresas, o crescimento e estimulam a pesquisa na empresa ou em parceria com outras instituições públicas e privadas. Assim, essas políticas promovem a inovação de processos produtivos e produtos.

O presente capítulo será apresentado em uma seção, que será subdividida em sete subseções. A seção mostrará as características das micro e pequenas empresas, em seguida será apresentada as subseções: 1.1) a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento do país e para a melhoria na condição de vida da população; 1.2) a importância das políticas industriais para essas empresas na sua criação e desenvolvimento; 1.3) o referencial teórico acerca da inovação tecnológica; 1.4) os instrumentos de política horizontal; 1.5) os instrumentos de política vertical; 1.6) histórico das políticas industriais para no Brasil, para verificar a partir de quando elas realmente foram eficazes e 1.7) considerações.

1.1 IMPORTÂNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

São diversas as metodologias para classificação das MPE no Brasil. O Estatuto das Micro e Pequenas Empresas determina, conforme a Lei Complementar 123/2006, que as microempresas auferam receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00. No caso das pequenas empresas a receita bruta terá que ser superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (BRASIL, 2006).

Já o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2008) adota dois critérios para definir as micro e pequenas empresas: o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e o número de funcionários nas empresas. É considerada microempresa aquela que, além de estar de acordo com o estatuto, apresentar na indústria de transformação ou na construção civil até 19 funcionários, enquanto no comércio ou serviços deve possuir até 09 funcionários. Já as pequenas empresas são aquelas que estão de acordo com as normas do estatuto e possuem na indústria de transformação ou na construção civil entre 19 e 100 funcionários, enquanto no comércio e serviços entre 09 e 50 funcionários. O Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) utiliza os critérios de definição das micro e pequenas empresas pela quantidade de funcionários, igual ao Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. Assim sendo, esta será a classificação adotada no presente trabalho.

As micro e pequenas empresas apresentam no Brasil grande importância no funcionamento da economia, pois contribuem de diversas formas no seu desenvolvimento e crescimento, principalmente por absorver uma parte de mão-de-obra disponível no país, como já mencionado. Elas geram novas oportunidades, auxiliam empresas maiores no seu processo e desenvolvimento e estão presentes nos diversos ramos do setor industrial, construção civil, e principalmente, no setor de comércio e de serviços.

TABELA 1- EMPREGOS FORMAIS, SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO BRASIL, 2008-2009

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO	2008	2009
De até 4 vínculos ativos	3.337.147	3.484.001
De 5 a 9 vínculos ativos	3.176.581	3.331.941
De 10 a 19 vínculos ativos	3.588.332	3.764.578
De 20 a 49 vínculos ativos	4.564.415	4.757.238
De 50 a 99 vínculos ativos	3.230.499	3.351.908
De 100 a 249 vínculos ativos	4.101.840	4.236.164
De 250 a 499 vínculos ativos	3.456.578	3.581.931
De 500 a 999 vínculos ativos	3.396.237	3.548.183
1000 ou mais vínculos ativos	10.589.847	11.151.602
TOTAL	39.441.566	41.207.546

FONTE: RAIS (MTE)

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA RAIS (MTE)

Segundo dados da Relação anual de informações sociais RAIS (2010) as micro e pequenas empresas¹ empregaram no ano de 2000 cerca de 54,14%, do total de trabalhadores. As micro empresas colaboraram com o equivalente a 24,53%, já as pequenas empresas são responsáveis por 27,74% do total de empregos formais no ano de 2008, anexo tabela 12. Houve um aumento no emprego formal em todos os tamanhos de empreendimentos em relação ao ano de 2008, destacando-se o aumento de emprego nos estabelecimentos entre 250 a 499 vínculos ativos.

Apesar do número de empregos criado por essas empresas ser expressivo, seus funcionários ainda recebem remuneração média inferior aos que trabalham nas médias e grandes empresas. Segundo Amaro (1999) isso ocorre porque as micro e pequenas empresas utilizam mão-de-obra menos qualificada e apresentam baixa qualidade nos seus postos de trabalho em relação às outras empresas. Todavia, Amaro (1999) ressalta que essa realidade está mudando, o que pode ser comprovado por meio da análise da tabela a seguir.

¹ Definição de micro e pequena empresa da RAIS conforme SEBRAE

TABELA 2. REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZEMBRO 2009 BRASIL

TAMANHO DO ESTABELECIMENTO	2008	2009	CRÉSCIMENTO
De até 4 vínculos ativos	735.66	788.13	7.13%
De 5 a 9 vínculos ativos	900.61	937.61	3.95%
De 10 a 19 vínculos ativos	1.042.96	1.083.29	3.72%
De 20 a 49 vínculos ativos	1.199.05	1.238.60	3.19%
De 50 a 99 vínculos ativos	1.357.97	1.407.87	3.54%
De 100 a 249 vínculos ativos	1.575.28	1.632.71	3.52%
De 250 a 499 vínculos ativos	1.720.29	1.781.75	3.45%
De 500 a 999 vínculos ativos	1.893.95	1.930.71	15.78%
1000 ou mais vínculos ativos	2.233.13	2.248.93	0,7%
TOTAL	1.556.15	1.595.22	2,45%

FONTE : RAIS (MTE)

NOTA: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA RAIS (MTE)

Pode-se verificar que houve uma melhora na remuneração média dos trabalhadores em todos os tamanhos de estabelecimento, com destaque as grandes empresas, também em relação às micro e pequenas empresas, onde a melhora na média da remuneração foi maior do que nas outras empresas (excetuando-se as com 500-999 vínculos ativos).

Além destes postos de trabalho apresentados na tabela 1 criados pelas micro e pequenas empresas, há aqueles que não podem ser visualizados por estarem na informalidade. Diante da importância dessas empresas na economia do país é preciso proporcionar incentivos para sua formalização, a partir da criação de novas empresas e desenvolvimento das existentes. Uma das formas de se realizar essa formalização é através de políticas industriais.

Na busca pelo crescimento econômico e sustentável do país faz-se necessário proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento do tecido produtivo e neste contexto entra em cena a importância das políticas industriais.

1.2 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS

A política industrial voltada para as micro e pequenas empresas tem papel fundamental no processo de abertura, sobrevivência e desenvolvimento dessas empresas, pelo fato de afetar direta ou indiretamente todo o setor produtivo. Em função da importância das micro e pequenas empresas na economia brasileira e da necessidade de apoio que possuem, o governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, busca incentivá-las através de programas de política industrial que tem como objetivo dinamizar o desenvolvimento industrial através de ações estratégicas.

As políticas públicas para incentivo das MPME encontram-se dentro da atividade administrativa de fomento da administração pública, delegando ao estado a realização de investimentos sociais focadas em estratégias de desenvolvimento, por meio de infraestrutura, financiamento, crédito, capacitação e formação, tecnologias, educação. No tocante, as MPME, espera-se do estado políticas públicas de estímulo empresarial, já que empresas formalmente constituídas estimulam o progresso material do país, incrementando sua infraestrutura, permitindo uma distribuição equilibrada de renda. Quando se fala da importância das micro e pequenas e médias empresas, não há dúvida quanto ao impacto e relevância para o desenvolvimento econômico que as mesmas proporcionam, pois são grandes geradoras de emprego e renda. (CAVALCANTI; MARTINELLI, 2008).

No Brasil são utilizados dois tipos de instrumentos de política industrial na prática, o horizontal e o vertical, embora tenham ênfases distintas. A configuração da política industrial voltada para intervenção estatal faz com que instrumentos horizontais predominem, mas, para complementar são utilizados instrumentos verticais que são conhecidos como políticas seletivas por estarem voltadas para a promoção de uma determinada indústria ou setor (FERRAZ, KUPFER e PAULA, *et al*, 2002, *apud* KUPFER e HASENCLEVER, 2002).

Serão vistas as definições de política horizontal e política vertical nos tópicos que se seguem no referencial teórico.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Estudos econômicos demonstram que às micro e pequenas empresas são maioria no país. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (2009) elas representam 99,12% dos empreendimentos brasileiros, além de serem as grandes responsáveis pela redução do desemprego. Uma preocupação relevante com essas empresas é que há uma elevada taxa de falência. Dessa maneira, como forma de auxiliar o desenvolvimento do país cresce a preocupação com a geração de políticas que possam ajudar o fortalecimento desse setor.

Por essa razão, a presente seção apresenta o referencial teórico que norteará a análise dos principais aspectos relacionados à importância da política industrial no contexto do desenvolvimento do país. A seguir será abordada a teoria neo-schumpeteriana e os instrumentos de política industrial com o propósito de explicar os efeitos destes junto às micro e pequenas empresas

A teoria Neoschumpeteriana está fundamentada na incorporação da inovação ao processo produtivo. Essa teoria destaca a importância da inovação no desenvolvimento econômico. Além disso, pressupõe que a inovação tecnológica, de estruturas de empresas e de indústrias, infra-estrutura, normas e regulamentação, é um conjunto de política industrial ativa e abrangente, voltada para setores ou atividades industriais indutoras de mudanças tecnológicas (SUZIGAN, FURTADO, 2006).

Essa teoria está embasada na incorporação de inovações ao sistema econômico. Isso significa que a tecnologia passou a ser considerada uma variável endógena ao processo de desenvolvimento e vem assumindo um papel determinante e crescente na estrutura econômica (SUZIGAN, FURTADO, 2006).

Segundo Suzigan e Furtado (1996), a política industrial no enfoque Neoschumpeteriano é vista como um conjunto de medidas e programas que direta ou indiretamente afetam o setor industrial. Consideram-se como parte de uma política industrial os seguintes elementos: planejamento geral indicativo,

formalização de diretrizes e objetivos, organização institucional específica e políticas auxiliares, como políticas de comércio exterior, financiamento e fomento.

Segundo essa teoria, a política através da inovação afeta toda a economia, porque ela está direcionada diretamente para o desenvolvimento das empresas. As empresas acabam transmitindo os resultados, como a melhoria dos processos e produção, aos trabalhadores que passam a receber melhores salários e trabalhar em melhores condições.

A política industrial neoschumpeteriana direcionada para as micro e pequenas empresas tem como objetivo promover o fortalecimento dessas frente às empresas maiores. Assim, elas tornam-se mais competitivas, estimulando as MPE a produzir em maior escala, o que acaba por diminuir seus custos, podendo reduzir os seus preços.

De acordo com Suzigan e Furtado (2006), para Schumpeter as micro e pequenas empresas são responsáveis pelo ato de inovar. Essa inovação é proporcionada por uma pessoa, geralmente do empresário, enquanto as grandes empresas são as que inovam através de suas áreas de pesquisa e desenvolvimento, pois são responsáveis por novas tecnologias.

A proposta da PITCE tem caráter neoschumpeteriano, pois tem como objetivo estimular pesquisas e inovação nas diversas áreas da economia. Tanto no desenvolvimento das empresas dentro do país quanto no exterior elas estão focadas para o desenvolvimento de processos, qualidade e técnicas que inovem e que proporcionem às empresas um produto com qualidade e preço baixo, para que possam competir com empresas estrangeiras e ganhar novos mercados.

Com base nessas ideias, os incentivos à inovação podem representar a sobrevivência e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e, como consequência, ajudar no crescimento econômico do país e garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

1.4 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA HORIZONTAL

Os instrumentos de política horizontal têm como meta desenvolver toda a economia. Pelo fato de dela afetar todos os setores não privilegiando apenas um setor específico, altera toda a alocação de recursos na produção (FERRAZ, KUPFER e PAULA, *et al*, 2002, *apud* KUPFER e HASENCLEVER, 2002). Dentre os instrumentos utilizados destacam-se: regulação da concorrência, incentivo à inovação, inserção externa, capital e incentivos fiscais.

A regulação da concorrência, objetivando evitar práticas anticompetitivas e atos de concentração, se dá através da atuação de agências regulatórias. Dessa forma, assegura-se uma maior eficiência de mercado, sem grandes perdas para o consumidor. O controle das agências de regulação da concorrência ajuda as micro e pequenas empresas a participar do mercado e competir com outras empresas maiores. Para Mattos (2004), a política de defesa da concorrência proporciona incentivo adicional aos agentes econômicos na medida em que força a rivalidade no mercado a ser um elemento determinante nas estratégias competitivas das empresas por busca de eficiência e inovação.

O incentivo à inovação por meio de gastos com pesquisa e desenvolvimento e fomento à difusão de tecnologia de informações, proporciona a identificação de setores e oportunidades que as ajudem a se desenvolver.

Segundo Cezarino (2000), a inovação derruba as barreiras tradicionais do comércio e investimento, e neste contexto pequenas empresas competem, buscando, antes de tudo, assegurar a sobrevivência e se estabelecer no mercado. Uma das formas pela qual o governo poderá estimular a inovação é através de incentivos fiscais.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2008), elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras é indispensável para agregar valor aos produtos nacionais, ampliar a competitividade das empresas no mercado doméstico e fortalecer a inserção externa do país.

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2009), com a inovação e o incentivo à criação de centros de distribuição de produtos de empresas brasileiras no exterior, o comércio internacional é estimulado e a inserção externa brasileira é ampliada. Além disso, ocorre a melhora da imagem do produto, a elevação das exportações e a redução das barreiras à entrada no mercado externo das MPE em relação às empresas maiores.

Os incentivos de capital são fundamentais ao desenvolvimento e fortalecimento das empresas, pois ampliam a quantidade de crédito. Dessa forma, os prazos para pagamento estimulam as exportações e financiam as importações (FERRAZ, KUPFER e PAULA, *et al*, 2002, *apud* KUPFER e HASENCLEVER, 2002).

Já os Incentivos Fiscais para aumentar a quantidade de empresas e atividades industriais utiliza-se de instrumentos de reduções nos encargos fiscais na esfera federal, estadual e municipal (FERRAZ, KUPFER e PAULA, *et al*, 2002, *apud* KUPFER e HASENCLEVER, 2002).

1.5 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA VERTICAL

A política industrial vertical tem por finalidade atingir uma determinada indústria. Esse tipo de política visa modificar as regras de alocação de recursos entre setores (FERRAZ, KUPFER e PAULA, *et al*, 2002, *apud* KUPFER e HASENCLEVER, 2002).

Nas indústrias nascentes, para amenizar as dificuldades no seu processo de instalação, o governo estimula o desenvolvimento dessas empresas, que inicialmente poderiam ter dificuldades de instalação por apresentarem custos mais elevados. De acordo com o serviço brasileiro de apoio as empresas (2008) muitas empresas fecham com até dois anos de idade porque apresentam baixa qualidade administrativa, informalidade gerencial e escassez de crédito.

1.6 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAIS NO BRASIL

No Brasil até a década de 1930 não havia política industrial que promovesse o desenvolvimento do setor industrial, mas apenas políticas para a proteção e a fomentação de indústrias específicas. Iniciam-se nos anos 30 as tentativas de promoção da industrialização com a proteção da atividade industrial e o desenvolvimento de alguns setores. A política econômica não possuía uma preocupação com o desenvolvimento industrial, que passa a ser uma prioridade apenas na metade dos anos 50 com a coordenação de política, agentes econômicos, instituições, instrumentos e políticas auxiliares (SUZIGAN, 1996).

Historicamente a política industrial brasileira foi orientada para a substituição de importações, com políticas e instrumentos que objetivavam completar a matriz industrial brasileira para garantir auto-suficiência na produção de bens duráveis, intermediários e de capital. O tecido industrial que aos poucos se fiou é bastante diverso, com grandes empresas estatais, subsidiárias de importantes empresas globais, alguns grupos empresariais nacionais de vulto e uma enorme quantidade de micro, pequenas e médias empresas. No início, a política industrial visou gerar capacidade produtiva interna impondo elevadas barreiras à entrada de produtos. Resultando: baixa concorrência externa e interna, com reduzida escala de produção, o que, por sua vez, provocou padrões ínfimos de produtividade, qualidade e diferenciação de produtos bem como a não-adoção de padrões tecnológicos avançados (FLEURY; FLEURY, 2004, p.8).

O primeiro modelo de política industrial no Brasil foi o modelo de substituição de importação, implantado no governo JK no final da década de 1950, a partir do Plano de Metas e do 50 anos em 5, que tinha como objetivo desenvolver a capacidade industrial do país e incentivar a importação tecnológica.

Necessidade da construção de grandes plantas industriais, de empresas com estruturas de mercado oligopolizadas, e apoiado em unidades fabris com grande densidade de capital, o que acarretava uma baixa massa de salários por unidade produzida. Nesse período, foi tomada uma série de medidas, tais como: a criação da Petrobrás (1953), estabelecendo o monopólio estatal do petróleo; criação do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que tinha a função primordial de *apoiar a ampliação da infra-estrutura de transportes e energia*; a instrução nº 113 (1955) da SUMOC, que possibilitou às empresas estrangeiras aqui sediadas importarem máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

Todas essas medidas, além de outras, constituíram-se nos principais fatores do desenvolvimento capitalista no Brasil. Desta forma estavam lançadas as bases para o crescimento acelerado da economia brasileira, tendo como suporte financeiro o tripé formado pelo capital estrangeiro, pelo Estado, e, em menor escala, pelo capital privado nacional. Era evidente neste momento da história brasileira o fato de que as pequenas e médias empresas não faziam parte das prioridades em termos de políticas públicas. Sob tal contexto de auge econômico, a facilidade com que os fluxos do comércio internacional foram dinamizados provocou um *boom* de importação de máquinas e equipamentos de toda espécie, o que possibilitou um enorme salto qualitativo e uma expansão considerável das indústrias básicas como a siderúrgica, química pesada e a de máquinas-ferramenta, dentre outras (NETO; 2007)

No governo militares o Plano de Ação do Governo (PAEG) desenvolvido na década de 1960 tinha como meta o desenvolvimento tecnológico. Para isso foi criado o Fundo de Desenvolvimento Técnico - Científico (FUNTEC) que tinha como objetivo a formação de tecnólogos para trabalhar em áreas as quais o BNDE considerava prioridades. Segundo Neto (2007), tratava-se a ciência e a tecnologia de forma vaga, sem traçar objetivos específicos, nem tão pouco criar instrumentos eficazes para a implementação de medidas concretas voltadas para uma política industrial efetiva.

A crise da década de 1980 desarticulou a estrutura industrial brasileira, pois uma grande parte da tecnologia e dos processos utilizados no país se tornaram obsoletos, provocando assim um atraso no país.

Sob o novo paradigma tecnológico baseado na microeletrônica, predominavam empresas com plantas fabris menores (estruturas enxutas) e com maior flexibilidade em seus processos de produção, tendo em vista o rápido atendimento da demanda em mercados cada vez mais dinâmicos e integrados em nível mundial. Tais empresas passaram a apresentar, também, um novo conceito de eficiência organizacional, predominando a integração das várias funções e áreas por meio de um amplo sistema de informações, agilizando toda a comunicação interna e externa à empresa (NETO, 2007).

No início dos anos de 1990 o governo promoveu a abertura econômica do país, inserindo-o em um processo de globalização do comércio e da produção. Diante disso o governo tomou algumas medidas como: redução das alíquotas de importação, desregularização do Estado e aceleração no programa de privatização das empresas estatais. Como política industrial o governo tinha como objetivo

desenvolver a eletrônica e a informática, bem como fortalecer a indústria internamente e externamente, através do desenvolvimento tecnológico.

No governo Itamar, no ano de 1992, houve mudanças que buscavam aumentar a competição, como o conjunto de medidas que tinha como meta estimular a modernização e a reestruturação das empresas, tendo como exemplo o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Este processo acabou por decretar a falência de várias empresas que se voltaram a uma maior competitividade internacional. As principais empresas atingidas foram aquelas de pequeno e médio porte que eram incapazes de realizar mudanças a curto prazo. As indústrias de bens de capital, brinquedos, eletroeletrônica tiveram sua produção diminuída devido a entrada de produtos importados similares (NETO, 2007).

A partir de 2003, o Brasil apresenta uma política industrial bem formalizada com diretrizes, ações estratégicas definidas e integradas com possibilidade de promover o desenvolvimento da indústria nacional através da inovação e da diferenciação de produtos e inserção no mercado internacional. Nesse momento, foca-se no investimento em infra-estrutura e no estímulo ao desenvolvimento regional, que tem como objetivo promover o crescimento sustentável, o emprego e a inclusão social (NETO, 2007). Devido à importância das políticas industriais a partir de 2003, no segundo capítulo serão estudados detalhadamente seus programas e metas.

1.7 CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo observou-se que as MPE contribuem para a redução do desemprego, pelo fato delas empregarem mais trabalhadores do que as empresas de médio e grande porte. Por isso é fundamental que o governo estimule cada vez mais a criação dessas empresas e promova o seu desenvolvimento, como forma de estimular o desenvolvimento global da economia.

Para auxiliar essas empresas, o governo desenvolveu em 2003 a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que apresenta um caráter inovador, pois está voltada para o desenvolvimento de produtos, processos e novas tecnologias. E, pela primeira vez, a economia brasileira apresenta uma política industrial de fato. Deste modo, o próximo capítulo será destinado à análise dos principais programas da política industrial, mais especificamente os que contemplam as MPE.

2 POLÍTICA INDUSTRIAL

Na busca do desenvolvimento econômico faz-se necessário estimular a criação, o desenvolvimento e a sustentação das empresas nascentes e das que já estão em funcionamento. Na economia brasileira, elas são responsáveis por grande parte da geração de renda e emprego, além de proporcionarem à sociedade uma melhor qualidade de vida.

De acordo com o Relatório anual de informações sociais (2009) as micro e pequenas empresas são a grande maioria dos estabelecimentos no país. Representavam em 2008, 99,12% do total de estabelecimentos com e sem empregados, ou seja, 5.786.696. Adicionalmente, são as empresas que mais empregam na economia, pois o total de empregos que geram é de 24.923.699.

Ainda que possuam grande participação no mercado, apresentam grandes dificuldades em se estabelecer na economia, no longo prazo, devido a características como: capital de giro reduzido, carga tributária elevada, falta de conhecimento empresarial e gerencial, o que eleva a taxa de mortalidade dessas empresas. No ano de 2005, 22% dessas empresas não resistiram ao mercado e decretaram falência (Serviço Brasileiro de Apoio as Empresas, 2007).

Devido aos impactos socioeconômicos das MPE, é necessário que o governo dê suporte para essas empresas continuarem no mercado, para que progridam e até mesmo estimulem o surgimento de novos empreendimentos. Para isso, o governo poderá desenvolver políticas públicas que as auxiliem. Em função da importância das Políticas Industriais junto ao desenvolvimento dessas empresas, este capítulo apresentará a política do governo federal instituída em 2003, denominada Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

2.1 POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR

Em 26 de novembro de 2003 o governo federal lançou o documento “Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior”. De acordo com PLONSKI (2004) através da PITCE divulgada em 31 de março de 2004 pelo governo federal, o Brasil apresenta pela primeira vez uma política industrial com estratégias definidas e ações integradas que tem como objetivo a mudança do nível competitivo da indústria nacional, através da pesquisa, inovação, diferenciação de produtos e serviços, buscando a inserção do país no mercado internacional.

Para Campanário, Silva e Costa (2005), a PITCE não tem como função intervir na busca pela estabilidade macroeconômica, mas sim corrigir desequilíbrios microeconômicos, através do desenvolvimento da competitividade industrial internamente e externamente junto com uma articulação entre setor produtivo, universidades e institutos de pesquisa.

A “Sexta carta”, documento do governo federal que tem como objetivo harmonizar relações entre o setor público e o privado, divulgada em 11 de março de 2004 em Brasília, destaca a importância da parceria público-privada, sociedade e governo para que o país possa atingir um crescimento sustentável com inclusão social, redução do desemprego e das desigualdades. A política deve servir de estímulo aos investimentos privados e desenvolver setores e atividades as quais o governo entende como prioritárias. Exemplos disso seriam as atividades de articulação entre os setores produtivos, de redução das disparidades regionais e de estímulo à competitividade e à expansão econômica do país. A retomada do crescimento tem como instrumento importante a expansão do crédito e seus impactos sobre a demanda interna, os quais sejam: o aumento do crédito pessoal, que intensifica as atividades de micro-finanças; as linhas de créditos para as micro e pequenas empresas, que promovem a elevação das exportações principalmente de bens que apresentam maior valor agregado e conteúdo tecnológico avançado (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

A PITCE busca integrar as instituições públicas com as privadas para atingir o crescimento econômico, sustentável e tem como função distribuir os benefícios gerados pelas políticas para toda a sociedade, reduzindo as disparidades regionais e melhorando a distribuição de renda e a qualidade de vida das pessoas.

Sua função é aprimorar o processo produtivo e ampliar a demanda por produtos, através do desenvolvimento de novas tecnologias e organização. Isso proporciona a redução dos preços, aumenta a qualidade dos produtos e a competitividade. No entanto, é necessária a utilização de recursos públicos e privados no campo da pesquisa e desenvolvimento (P&D), além de indispensável o trabalho em equipe entre setor público federal, privado e governo regional e local, resultando na qualificação do trabalho e do trabalhador e na articulação de redes de conhecimento. Essa interação em diferentes áreas e métodos constitui o elemento fundamental da PITCE (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

A característica da política industrial respeita o tipo de empresa e o seu tamanho, pois elas recebem tratamento diferenciado, tendo em conta que grandes empresas que são caracterizadas como intensivas em capital não podem ser vistas como iguais às pequenas empresas que apresentam o trabalho como o fator intensivo. As empresas beneficiadas pela política industrial terão que apresentar os resultados fixados, priorizar a eficiência e respeitar a legislação fiscal, trabalhista e ambiental. Deveria haver uma constante coordenação, monitoramento e avaliação dos programas², metas e objetivos, que deverão ser fiscalizados por um grupo formado por funcionários de diferentes Ministérios, os quais deverão prestar contas a um colegiado de ministros.

O investimento deve ser visto como um caminho para alcançar as metas, seja de comércio exterior, eficiência produtiva, criação de emprego ou contribuição do desenvolvimento regional, as quais devem apresentar um prazo de vencimento para que o setor não se torne ineficiente e dependente. No curto-prazo a PITCE deverá reduzir as restrições externas do país e no médio e longo-prazo desenvolver as atividades principais que resultem no aumento da competitividade internacional do Brasil. A Política buscará o desenvolvimento regional e o fortalecimento de

² Na prática esse monitoramento e avaliação não ocorreram de forma eficaz

arranjos produtivos locais, bem como a criação da marca Brasil com o intuito da divulgação dos produtos brasileiros no exterior, aumentando as exportações e o estímulo à inovação das empresas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

O governo organiza o Sistema Nacional de Inovação, conceito elaborado por Schumpeter, que determina que o Estado deveria promover políticas industriais a longo prazo. O Sistema Nacional de Inovação tem como função interligar os agentes do processo produtivo, que estão ligados à inovação do mesmo, como empresas, unidades de pesquisa públicas e privadas, instituições ligadas à disseminação de tecnologia, ao financiamento, à gestão tecnológica e ao conhecimento. É de extrema importância que o governo aprove leis que estimulem a pesquisa, a inovação, o desenvolvimento de novas tecnologias e a sua difusão por todos os setores produtivos, por meio de incentivos fiscais e fontes de financiamento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO PITCE, 2005).

No quadro a seguir estão elucidados os principais programas da PITCE que serão analisados em seguida.

QUADRO 1-PRINCIPAIS PROGRAMAS DA PITCE (2003)

PROGRAMA	PROPOSTA	OBJETIVO	RESULTADOS
LEI DO BEM	Incentivos Fiscais	Expandir as Exportações	Aumento DE 358,66% (2000-2008)
	Contratação de Pesquisadores	Inovação	Dedicação Exclusiva 67594 Dedicação Parcial 17248 (2008) Dedicação exclusiva 75500 Dedicação Parcial 24889 (2005)
	Financiar Pesquisas		76 empresas com recursos próprio 4 privados 19 público ano de 2008 89 recursos próprio 4 privada 7 público 311 empresas receberam apoio do governo subvenção econômica 2006-2008
LEI DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Articulação entre Universidades e Empresas	Aumentar o Valor Agregado e a Competitividade	1064 empresas com universidades ou instituições, pesquisa e desenvolvimento 2006-2008
PNI	Desenvolvimento Tecnológico nas MPES	Fortalecimento das Empresas	400 incubadoras que atende 6000 empresas
PAPPE	Pesquisa a Inovação	Recursos diretamente aos pesquisadores	529 empresas atendidas (2004-2006)
PAPPE-SUBVENÇÃO	Investimento em pesquisa nas MPES	Custear fases das Pesquisa	Atingiu 14 estados, recursos de 98 milhões de reais
Centro de Distribuição no Exterior	Divulgar o Produto Nacional no Exterior	Inserção Externa	Até 2007 havia 5 centro de distribuição atendendo 485 empresas
MODERMAQ	Financiamento de Novas Tecnologias	Deixar as MPES mais competitivas	Cerca de 5 bilhões de reais liberados pelo programa
Cartão BNDES	Financiar a Produção	Facilitar o crédito	Em 2005 foram concedidos R\$ 1,7 milhões de reais
PEIEx	Capacitação Administrativa e Gerencial	Desenvolver Habilidades de Gestão empresarial	Em 2007 foram atendidas 10.170 empresas, buscavam conhecimento em gestão
	Desoneração de Impostos	Alcance novos	

FONTE: PITCE

ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA PITCE

A “Lei do Bem” é a lei nº 11.196, sancionada pelo Presidente da República em 21 de novembro de 2005, decreto nº. 5.649 de 29 de dezembro de 2005, que regulamenta o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES) e o Programa de Inclusão Digital, os quais oferecem incentivos fiscais a pessoas jurídicas que realizem pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica. Essa lei estimula a contratação de pesquisadores pelas empresas e estabelece um percentual mínimo a ser investido nas regiões mais pobres e nas micro e pequenas empresas.

As empresas que exportam 80% da sua produção ficam isentas de pagar PIS/PASEP e COFINS no momento da aquisição de máquinas e equipamentos por essas empresas. São isentados desses tributos os fabricantes de computadores com valores de no máximo R\$ 2,5 mil, resultando em uma queda de 10% no preço final do produto. Desse modo, as receitas anuais para as microempresas passam a R\$ 240 mil e a R\$ 2,4 milhões para as pequenas empresas. A essas empresas são oferecidos a redução do Imposto de Renda na ocasião de venda de um imóvel residencial para a compra de outro no prazo de seis meses, o abatimento de tributos em dobro para empresas que estejam realizando novas pesquisas ou desenvolvendo novas tecnologias. Para os criadores de gado determina-se a redução da contribuição previdenciária de 2% para 1% sobre a receita e um aumento do prazo de financiamento das dívidas dos municípios com o INSS para 240 meses com desconto de 50% e correção pela SELIC (anteriormente o prazo era de 60 meses) (BRASIL, 2005).

O decreto nº 5.798 de 07 de junho de 2006, estimula o investimento em inovação nas empresas através da redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na importação de máquinas e equipamentos utilizados na pesquisa e desenvolvimento e redução do imposto de renda em duas vezes o valor investido na empresa em pesquisa e desenvolvimento. A lei possibilita a concessão de subvenção econômica que já é utilizada em países desenvolvidos, na qual são utilizados recursos públicos não reembolsáveis na área de inovação das empresas, proporcionando o compartilhamento de riscos e custos no desenvolvimento das atividades (FINEP, 2006).

a) LEI DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, busca incentivar o desenvolvimento tecnológico, científico e da inovação. O objetivo é desenvolver o produto nacional com maior qualidade e tecnologia, para que este tenha maior valor agregado e também se torne competitivo frente aos produtos de outros países, além

de aumentar a inserção externa dos produtos brasileiros ampliando assim as exportações. A lei busca promover a articulação entre instituições tecnológicas, universidades e empresas, proporcionando a elas a utilização em conjunto dos laboratórios, instalações, infra-estrutura e recursos humanos para atividades de pesquisa, incubação e criação de parques tecnológicos com as empresas e organizações privadas sem fins lucrativos. Um segundo ponto que a lei procura estimular é a participação direta das instituições de ciência e tecnologia na criação de processos inovadores. Além disso, a lei destaca a idéia de que é imprescindível que as empresas inovem. Para isso, a União, as Instituições de Ciência e Tecnologia e as agências de fomento podem liberar recursos financeiros, humanos, materiais e infra-estrutura para as empresas que estejam interessadas em atividades de pesquisa e desenvolvimento. Os recursos financeiros podem ser através de subvenção econômica onde apenas o custeio é financiado e o restante deve ser investido pela empresa que será beneficiada (BRASIL, 2004).

De acordo com a PINTEC (2008), no período de 2006 a 2008 a indústria foi quem mais recebeu apoio do governo para desenvolver atividades ligadas à inovação. Nesse período, 440 empresas receberam auxílio, enquanto o comércio teve 52 empresas apoiadas na pesquisa e desenvolvimento. No que diz respeito a lei da informática 704 empresas ligadas a indústria conseguiram apoio, enquanto no comércio apenas 44 empresas conquistaram esse direito. Do total de 311 empresas atendidas através de subvenção econômica a indústria correspondeu a 66,56% das empresas atendidas. As empresas que inovaram apresentaram melhoria nos seus produtos e aumentaram o número de produtos produzidos. Além disso, as empresas inovadoras também aumentaram sua participação no mercado através da abertura de novos mercados.

De acordo com Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) (2010), o Brasil forma 13 mil doutores e pouco mais de 40 mil mestres todos os anos. No período de 2000 a 2009 houve um aumento de 110,08% no número de Pós-Graduados. No ano de 2010, o país conta com 150 mil pesquisadores divididos entre mestres e doutores.

Segundo a CAPES (2005), em 2001 68,7% dos pesquisadores estavam no setor público, enquanto o restante (31,3%) estava desenvolvendo suas pesquisas no

setor privado, percentual bem diferente do que acontece em países desenvolvidos nos quais a maioria dos pesquisadores está no setor privado. Em contraposição, neste mesmo ano, na América do Norte 79,8% dos pesquisadores estavam no setor privado e apenas 20,2% no público.

A lei da inovação tecnológica tem um papel fundamental nesta transformação, pois um aumento de pesquisas no setor privado proporciona o desenvolvimento de produtos mais competitivos e com maior valor agregado.

A subvenção econômica tem como função incentivar a inovação das empresas, principalmente nos setores onde os empresários não estão dispostos a investir, por causas dos riscos. Por essa razão, a subvenção econômica utiliza-se de recursos públicos não-reembolsáveis para investir nas empresas que buscam desenvolver a inovação. Com esse auxílio o empresário é estimulado a inovar em razão dos seus riscos passaram a ser compartilhados com o setor público (FINEP, 2010).

A participação das micro e pequenas empresas no que se refere a subvenção econômica à inovação tecnológica, chamada pública MCT/FINEP, teve uma redução entre os anos de 2006 a 2007, passando de 50,2% para 45,2%. Contudo, em uma análise de um período mais longo verifica-se um aumento significativo, em função de uma crescente participação nos anos de 2008 e 2009, de 70,4% para 80,8% respectivamente. Merece destaque o ano de 2008 no qual as micro e pequenas empresas apresentam um avanço em se tratando de subvenção econômica à inovação, ressaltando-se um ponto importante, o fato de que neste ano a crise financeira disseminou-se.

i) PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORA

O programa nacional de incubadora de empresas é um programa do governo federal, Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), CNPq e FINEP, em parceria com MICT, Banco do Nordeste, SEBRAE, SENAI, ANPROTEC e IEL. A incubadora é uma instituição vinculada a universidades públicas e privadas que tem como objetivo estimular a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas e promover a inovação nessas empresas. Elas dispõem de um espaço físico utilizado pelas empresas por um período pré determinado, acesso a laboratórios das universidade e centro de pesquisa que realizam atividades tecnológicas, cursos para os empresários promoverem sua capacitação gerencial, gestão da inovação, desenvolvimento e comercialização de bens tanto no mercado interno como externo, fontes de financiamento para estarem capacitados a garantir sustentabilidade econômica da empresa (FINEP 2000).

O Programa Nacional de Incubadora é coordenado pela FINEP e tem como objetivo estimular a criação, o desenvolvimento e todo o planejamento das incubadoras de empresas e parques tecnológicos em diversas cidades do país. O programa proporciona o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas micro, pequenas e médias empresas, pois é desenvolvido entre a parceria de universidades e empresas. Ele foi dividido em quatro linhas de criação. A linha 1 tem como finalidade a criação de redes de incubadoras estaduais e regionais, a linha 2 volta-se a incubadoras ligadas ao setor de energia, a linha 3 atende projetos de incubadoras em geral que apresentam grande potencial empresarial e a linha 4 foca-se sobre projetos estaduais de pesquisa para o desenvolvimento do empreendedorismo (FINEP, 2005).

ii) PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA EM EMPRESAS

Este programa sofreu alterações ao longo do tempo, pelo fato de não estar correspondendo como deveria a FINEP fez modificações para atender as necessidades que as empresas apresentavam na época. Houve dois programas: o PAPPE, de 2004 e o PAPPE-SUBVENÇÃO, de 2006. A seguir será apresentado cada um dos programas detalhadamente.

O Programa de Apoio a Pesquisas em Empresas (PAPPE) é desenvolvido e financiado em conjunto pela FINEP e as Fundações de Amparo a Pesquisa (FAP), contando também com recursos federais e estaduais com foco no desenvolvimento da inovação regional. Este programa busca financiar a pesquisa e desenvolver os setores que produzem novos produtos e processos através da inovação e novas tecnologias que articulem os setores públicos e privados. Os recursos não-reembolsáveis são repassados aos pesquisadores associados a empresas para o desenvolvimento de projetos de produtos e processos (FINEP, 2004).

A fonte dos recursos financiados pela FINEP origina-se do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) através dos fundos setoriais, os quais são recursos não reembolsáveis. Para a fase I com duração de até seis meses é destinado um montante de recursos de até R\$ 50.000,00 para elaboração e análise de viabilidade técnica e econômica do projet. A fase II apresenta uma duração de até 18 meses e nesta fase é desenvolvida a pesquisa com um montante de recursos de até R\$ 150.000,00. O desenvolvimento do programa é de dois anos podendo ser prorrogado para mais um ano. Os projetos são escolhidos através de chamadas públicas, a partir do seguinte procedimento: são avaliados os projetos das empresas e pesquisadores que se inscrevem e aprovados os que estão aptos a participar do programa. Em particular, avalia-se o que o projeto pode trazer de benefícios tanto econômicos como sociais, bem como o quanto de inovação ele pode gerar e se ele realmente tem como sobreviver no mercado (FINEP, 2004).

As FAPs deverão aportar, a título de contrapartida, recursos no mesmo montante dos aportados pela FINEP, conforme estabelecido nos Convênios.

Essa contrapartida poderá ser construída a partir do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ou seja, recursos do Tesouro Estadual, no montante mínimo de 10% do valor aportado pela FINEP para Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou 20% do valor aportado pela FINEP para Estados das regiões Sul e Sudeste, complementados por outros recursos que as FAPs obtenham de outras fontes e que sejam por elas administrados. Esta contrapartida deve ser alocada ao programa PAPPE, através de depósito em conta bancária específica, podendo ser utilizada para aumentar o número de projetos apoiados, o valor unitário de projetos específicos ou o apoio a itens não financiáveis pelos recursos da FINEP, a critério de cada Estado (FINEP, 2004, p.4).

QUADRO 2. EMPRESAS ATENDIDAS PELO PAPPE-EMPRESAS POR SETOR- 2004-2006

ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL	N. DE EMPRESAS	°.
Indústrias de transformação	137	25
Serviços de informática	97	17.7
Serviços prestados as empresas	52	9,5
Comércio e reparações	44	8
Construções	19	3.5
Saúde e serviços	14	2.6
Agricultura	13	2,4
Educação	9	1.6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	9	1.6
Outros setores	27	4.9
Não disponível	128	23.3
Total	529	100

FONTE: Moraes (2007) com base nos dados da FINEP

O programa atingiu primeiramente 19 estados, quais sejam: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Tocantins e Distrito Federal (FINEP, 2007).

Do total de 529 projetos atendidos 25% estão na atividade econômica da indústria de transformação. Outra atividade que se destacou foi a de serviços de informática com 97 projetos, representando 17,7% do total atendido. Um dos focos de desenvolvimento do PAPPE é o setor de informática, cuja priorização por parte do programa pode ser comprovada pela tabela acima.

A tabela também mostra que objetivos da PITCE não estavam sendo alcançados, educação, qualificação profissional e melhorias sócias foram as atividades menos procuradas, em se tratando do PAPPE 2004.

De acordo com Moraes (2007), 45% dos recursos foram distribuídos para empresas da região sudeste, 20% para o nordeste, 20% para o sul, 11% para o centro-oeste e 4% para o norte. Dos recursos do PAPPE 2004 até setembro de 2006, foram liberados R\$ 80,5 milhões, sendo R\$ 59,6 milhões liberados pelo FAPs e R\$ 20,9 milhões pela FINEP. O programa conseguiu alcançar o seu objetivo, pois 30% foram investidos no nordeste, centro-oeste e norte do país, regiões com grandes disparidades em termos de desenvolvimento de inovação, além de apresentar desigualdades no aspecto econômico quando comparadas com o resto país.

A avaliação de resultados e da efetividade do programa encontra-se inviabilizada pela falta de relatórios sobre a atuação das instituições estaduais, os aportes de recursos pelos estados, os estágios alcançados pelos trabalhos dos pesquisadores junto às empresas, os resultados obtidos em termos de produtos e serviços com as pesquisas, entre outros pontos relevantes. A avaliação de resultados deveria envolver os seguintes pontos: i) o número de pesquisadores beneficiados e seu perfil quanto à procedência (universidades e instituições de pesquisa públicas ou privadas), área de concentração, grau de escolaridade acadêmica e áreas de atuação nas empresas; ii) resultados quanto aos produtos, aprimoramentos e novos processos obtidos pelos projetos; iii) a taxa de sucesso em termos dos projetos que resultaram em produtos novos ou aprimorados para o mercado; iv) quantos projetos pararam na fase de pesquisa e não redundaram em novos produtos; e v) avaliação dos estados que obtiveram melhores resultados, para servir de benchmarking aos que não obtiveram resultados satisfatórios (MORAIS, 2007, p.41).

Diante da necessidade de reconhecimento dos resultados alcançados, para avaliar se o programa precisa de mudanças e adaptações, se faz necessário o monitoramento e controle da FINEP junto a instituições responsáveis pela disseminação do programa nas regiões. Além disso, é imprescindível verificar: se os

recursos repassados estão realmente chegando as empresas; se as instituições estão contribuindo com a sua obrigação financeira; se às empresas estão empenhadas em desenvolver seu papel; se os investimentos realizados poderão trazer futuros benefícios não apenas para o empresário, mas também para toda a sociedade através do aumento do emprego, da renda e do bem-estar. Mediante este controle o programa poderá apresentar resultados mais eficientes dos que foram alcançados até o momento. De fato, a transparência possibilita a detecção de falhas e a aceleração no processo de elaboração de novas soluções.

QUADRO 4 .PROJETOS APROVADOS EM 2004 NO PAPPE POR FUNDO SETORIAL E TIPOS DAS EMPRESAS ENVOLVIDOS

FUNDO SETORIAL	N DE PROJETOS APROVADOS	N DE EMPRESAS ENVOLVIDAS	STATUS DA EMPRESA	MICRO	PEQUENA	MÉDIAS	GRANDES	TOTAL DE EMPRESAS
CT-AGRO	105	84	incubadora	23	1	2	0	26
			não incubadora	29	11	15	3	58
CT-BIO	61	60	incubadora	20	3	2	0	25
			não incubadora	17	9	8	1	35
CT-ENERGIA	73	72	incubadora	18	3	0	0	21
			não incubadora	22	1	7	1	51
CT-SAÚDE	66	66	incubadora	21	0	1	0	22
			não incubadora	16	17	8	3	44
VERDE-AMARELO	267	249	incubadora	71	25	4	2	102
			não incubadora	90	24	27	6	107
TOTAL FINEP	572	531		327	114	74	16	531

FONTE: FINEP 2004

De acordo com a tabela acima, a maior parte das empresas beneficiadas são de micro e pequeno porte. O objetivo deste programa era realmente atender estas empresas, porém grande parte das empresas atendidas não fazem parte de incubadoras. Observa-se que as de menor porte são as que mais se utilizam dos benefícios que as incubadoras podem trazer.

O programa de apoio à pesquisa a micro e pequenas empresas (PAPPE-SUBVENCAO) lançado em dezembro de 2006, é controlado pela FINEP, com participação das FAPS e de instituições estaduais como SEBRAE e Federação das Indústrias que concedem recursos financeiros não reembolsáveis às empresas de base tecnológica e com foco sobre a inovação. Esses órgãos custeiam as fases de pesquisa, desenvolvimento e de inovação dos processos de fabricação e

diferenciação de produtos, para desenvolverem seus projetos. O programa tem como proposta investir recursos no valor de R\$ 510 milhões sendo que R\$ 210 milhões obrigatoriamente devem ser investidos nas micro e pequenas empresas em um prazo para a utilização desses recursos de até três anos. A quantidade de recursos destinados para as instituições é definida de acordo com as qualidades dos seus projetos direcionados para micro e pequenas empresas. Para tanto, as instituições fazem seu credenciamento para receber recursos e desenvolver o programa, analisam as necessidades da sua região e escolhem empresas que tenham como objetivo desenvolver inovações nas áreas onde essas regiões apresentam déficits.

O PAPPE-SUBVENÇÃO alcançou apenas os seguintes 14 estados: Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Amazonas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Com recursos de R\$ 98 milhões o programa conseguiu alcançar 381 municípios desses estados citados, sendo que 39% dos recursos foram distribuídos entre cinco municípios: Recife, Rio de Janeiro, Manaus, Florianópolis e Belo Horizonte, sendo 10%, 10%, 9%, 5% e 5% de investimentos nos municípios supracitados, respectivamente.

Houve uma redução em comparação ao PAPPE (2004) que tinha alcançado 19 estados em 2006 com o PAPPE-SUBVENÇÃO atingiu apenas 14 estados. Em 2010 foi lançada uma nova versão do PAPPE, o PAPPE-INTEGRAÇÃO³. Com o objetivo de promover regiões que apresentavam dificuldades de desenvolvimento. Este programa foi feito para atender as necessidades dessas regiões. Contudo, esse programa precisa de adaptações para de fato ser implantado nessas áreas, com um mínimo de recursos disponível somente para aquela região.

³ O PAPPE-INTEGRAÇÃO não será estudado pelo fato de ser um programa da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

b) INSERÇÃO EXTERNA

Pela PITCE o governo tem como meta expandir e promover a base exportadora através de novos produtos nacionais, tecnologias, empresas e negócios. O apoio à exportação se dá através do financiamento e da desoneração tributária, redução dos custos de exportação, seguro, expansão comercial e prospecção de mercado, desenvolvimento de centros de distribuição de produtos brasileiros no exterior, inserção em cadeias internacionais de suprimentos, fortalecimento e estabilidade das marcas brasileiras no estrangeiro. A inserção externa não está apenas direcionada à exportação, mas também ao aumento da competitividade do produto nacional dentro do país, proporcionando o aumento da competição dos produtos nacionais com os estrangeiros, reduzindo assim as importações (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

Nos últimos anos o Brasil vem aumentando a participação das empresas exportadoras. De 2000 a 2008 houve um crescimento no valor exportado de 258,66%. Houve um aumento também no número de estabelecimentos exportadores, principalmente no de pequenas empresas, seguidas das grandes empresas (SEBRAE, 2010).

Na próxima seção será apresentado o principal programa que promove inserção externa dos produtos brasileiros, através da divulgação do produto nacional e da marca Brasil, denominado Centro de Distribuição no Exterior.

i) CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO NO EXTERIOR

De acordo com Salerno e Daher (2006) o programa responsável pela inserção externa brasileira é o Programa Brasil Exportador, lançado em novembro de 2003 pelo governo federal, o qual desenvolveu o Centro de Distribuição no Exterior.

Os Centros de Distribuição no Exterior estão ligados à Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX-BRASIL) e ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). Esses centros têm como objetivo melhorar a imagem do produto brasileiro, estimular o acesso aos mercados, reduzir os prazos entre pedidos e entrega e agilizar a distribuição dos produtos no exterior. Em maio de 2005 foi criado o primeiro centro de distribuição em Miami nos Estados Unidos da América (EUA), com 115 empresas brasileiras participantes. Em 2006 foram criados na cidade de Frankfurt na Alemanha com 65 empresas; em Lisboa capital de Portugal foram criados com 165 empresas; em Dubai, nos Emirados Árabes, com 80 empresas e em 2007 em Varsóvia na Polônia com 60 empresas. No ano de 2007, estavam sendo desenvolvidos outros centros de distribuição na Rússia, China, África do Sul e Panamá e um segundo centro nos EUA (SALERNO, DAHER, 2006).

As empresas que podem se beneficiar desse programa são as micro, pequenas e médias, que apresentam capacidade de exportação. Elas recebem acompanhamento e apoio através de consultoria e diagnóstico de problemas técnicos e gerenciais. O programa cobra taxa de adesão e mensalidade, para empresas que queiram utilizar os seus serviços. Na mensalidade está incluso: utilização de escritório; suporte administrativo e operacional; apoio na articulação de ações para entrada no país e auxílio no processo de contratação de funcionários (APEX-BRASIL).

c) MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL

Para atingir a modernização industrial são necessários: o financiamento de novas tecnologias e equipamentos; programas de gestão empresarial e administrativa; desenvolvimento do *design*; apoio às patentes e extensão tecnológica. Os arranjos produtivos locais devem ser os primeiros a se beneficiar da modernização, por estarem próximos das empresas. o que facilita a cooperação entre elas e com as instituições tecnológicas e financeiras para a difusão de técnicas de produção e de gestão e ampliação dos negócios. Essa prática poderá fortalecer o tecido produtivo e estimular a produção de produtos com um maior valor agregado (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2003).

Os Programas do governo federal para a modernização industrial das empresas brasileiras foram: Modernização do Parque Industrial Nacional (MODERMAQ), Cartão BNDES, Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX), Regime Aduaneiro de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF), Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR). A seguir serão apresentados os seguintes programas federais: MODERMAQ, Cartão BNDES, PEIEX e RECOF.

i. MODERNIZAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL

A Modernização do Parque Industrial Nacional (MODERMAQ) é um programa do BNDES que tem objetivo financiar máquinas e equipamentos nacionais novos. A MODERMAQ está voltada para a modernização das micro, pequenas e médias empresas. Esse programa conta com uma taxa de juros de 13,95% ao ano, com carência de três a seis meses e um prazo de financiamento de no máximo 60

meses. O programa financia até 90% do bem a ser adquirido (SALERNO, DAHER, 2006).

Outra forma que o governo federal utilizou para estimular as empresas a participar do programa de modernização do parque industrial nacional foi a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI), que em janeiro de 2004 era de 5% do valor da máquina ou equipamento e passou para 2% em agosto daquele ano (CAMPANÁRIO, COSTA, 2005).

No período de setembro de 2004 a junho de 2006 foram realizadas 7.069 operações de financiamento para as micro, pequenas e médias empresas no valor de R\$ 2,54 bilhões. A indústria de transformação foi quem mais utilizou recursos do programa - R\$ 1,5 bilhões - em segundo vem o setor de comércio e serviços com R\$ 926 milhões. Em terceiro a indústria extrativista com R\$ 131,1 milhões e em quarto a agropecuária com R\$ 13,42 milhões (ABDI, 2007).

De acordo com ABDI (2007) entre setembro de 2004 e setembro de 2007 foram realizadas 13.313 operações de créditos para as empresas em volumes de cerca de R\$ 5,388 bilhões liberados para investimentos em bens de capital. Na tabela abaixo verifica-se a distribuição dos recursos durante o período de análise.

QUADRO 5. RECURSOS LIBERADOS 2004-2007

PERÍODO	RECURSOS LIBERADOS (REAIS)
2004 (SET-DEZ)	R\$ 31,1 milhões
2005	R\$ 1,7 bilhões
2006	R\$ 1,907 bilhões
2007 (JAN-JUL)	R\$ 1,75 bilhões

FONTE: ABDI
ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA ABDI

Através da tabela acima pode-se verificar que houve um aumento nos recursos liberados durante os quatro anos analisados. No primeiro ano do programa, que englobou apenas quatro meses, foram liberados R\$ 31,1 milhões. Em 2005 houve um aumento considerável nos recursos liberados para a modernização do parque industrial, que passou a R\$ 1,7 bilhões. Para o ano de 2006 foram destinados R\$ 1,907 bilhões, enquanto no ano de 2007 em apenas sete meses foram investidos R\$ 1,75 bilhões. Este programa tem estimulado as empresas a crescer e se tornar mais competitivas, através de investimento nos bens

de capital. Adicionalmente, reduz as dificuldades encontradas pelas empresas em receber créditos para investir em seus meios de produção e é voltado principalmente para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

Apesar de haver uma grande quantidade de recursos financeiros disponíveis, as MPES encontram dificuldades no financiamento devido às altas taxas de juros cobradas de 13,95% ao ano, que podem impedir grande parte das empresas deste porte de realizar empréstimo.

ii. CARTÃO BNDES

Para as micro e pequenas empresas foi criado o Cartão BNDES para ajudar essas empresas a investir em bens de produção, o qual serve como um cartão de crédito. A operação é realizada pelo Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal e apresenta um limite de R\$ 250 mil. Os fornecedores são credenciados e até 2005 contava com 2.873. Até 2005 foram concedidos créditos que somam R\$ 1,7 bilhões, emitidos 86.264 cartões sendo que 80% contava com as micro e pequenas como clientes (SALERNO, DAHER, 2006).

iii. PROJETO DE EXTENSÃO INDUSTRIAL EXPORTADORA

O Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX) lançado em 2005 é um programa de curto prazo destinado às micro, pequenas e médias empresas que participam de Arranjos Produtivos Locais (APL) e apresentam capacidade

exportadora. Proporciona a essas empresas atendimento que auxilia na administração e gerência através de consultorias, fazendo também articulação entre governos locais e instituições locais. (SALERNO, DAHER, 2006).

No primeiro ano, o projeto atendeu 1.123 empresas, sendo que 92 delas ao final do ano já estavam capacitadas para se desenvolverem sozinhas, sem a necessidade de apoio do PEIEX. No ano de 2006, 164 empresas já estavam devidamente habilitadas a desenvolverem suas atividades sem a consultoria do projeto. A projeção para o ano de 2006 era de atendimento de 31 APL, com um total de 5.943 empresas (PITCE, 2005).

QUADRO 6. PEIEX RESULTADO ATÉ FINAL DE 2007

Convênios	14 20 APL
Empresas (Micro, Pequenas e Médias)	3.339 Micro: 78% Pequenas: 20% Médias: 2%
Trabalhadores Beneficiados	47.290, média de 14 trabalhadores por empresa
Total de Trabalhadores com Atendimento de Demandas	2.934
Total de Demandas Atendidas pelo PEIEX	10.170
Média de Demanda Atendida por Empresas	3,5
Demandas Priorizadas	Gestão: 73% Processo: 21% Produto: 6%

FONTE: ABDI 2007

De 2005 até o final de 2007 houve 34 convênios da PEIEX, com empresas e arranjos produtivos. Desse total 14 foram realizadas diretamente com empresas, que beneficiaram 47.290 trabalhadores, e 20 com os APL. As microempresas foram as que mais se beneficiaram deste programa representando cerca de 78%, as pequenas representavam 20% e as médias 2%. A maioria da procura, de 73% do total, foi por problemas na gestão, enquanto 21% desejavam melhorar seus processos e 6% os seus produtos.

iv. REGIME ADUANEIRO DE ENTREPOSTO INDUSTRIAL SOB CONTROLE INFORMATIZADO

O Regime aduaneiro de Entrepósito Industrial Sobre Controle Informatizado (RECOF) tem como função desonerar as empresas exportadoras de tributos no momento da importação de insumos ou mesmo em compras no mercado interno, para que as empresas nacionais se tornem mais competitivas e alcancem novos mercados. É uma medida de curto prazo que permite a importação de insumos com a suspensão de impostos de importação (II), imposto sobre produtos industrializados (IPI) e PIS/COFINS (PITCE, 2005).

As empresas participantes ficam responsáveis por exportar no mínimo 50% do total de suas importações; dividido em 20% no prazo de dois anos, 40% em três anos e 50% em quatro anos (ABINEE, 2008).

De acordo com a ABINEE (2008) o percentual de exportação que as empresas participantes terão que realizar é considerado muito alto, podendo prejudicá-las. Os percentuais de exportação deveriam ser 10%, 15% e 20%, no prazo de dois, três e quatro anos respectivamente, contrariando as taxas apresentadas acima.

2.2 CONSIDERAÇÕES

A PITCE foi escolhida para estudo, pelo fato de ser considerada a primeira Política Industrial Brasileira, que apresentou a meta de alcançar todos os setores produtivos. Essa política apresentava diretrizes, ações estratégicas para criação e desenvolvimento das MPE. Além disso, buscava promover a inovação e a capacidade gerencial das empresas, para que as empresas menores tornassem mais competitivas. As políticas anteriores, por sua vez, voltavam-se apenas para um determinado setor.

O forte papel das incubadoras, através de consultorias e capacitação gerencial, bem como o incentivo à formação de novos pesquisadores, aumenta a inovação nas empresas brasileiras. Porém, o papel dessas incubadoras continua reduzido, sendo que os incentivos do governo através de recursos não reembolsáveis desempenham papel mais importante.

Com os programas apresentados o governo conseguiu promover a integração do setor público com o privado, através de pesquisas que melhorassem o processo produtivo e garantissem a inovação, o que reduziu a taxa de mortalidade das MPES.

A PITCE conseguiu aumentar as pesquisas no país e expandir a integração entre o setor público e privado para desenvolver as empresas que apresentavam potencial inovador. Porém, uma das críticas destinadas a ela está relacionada à falta de divulgação dos resultados alcançados e a falta de monitoramento, o que fez com ela não mostrasse se atingiu os resultados esperados.

3 COMPORTAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

A melhora na economia brasileira alcançada nos últimos anos permitiu ao governo desenvolver políticas de apoio as empresas. Apesar dessa melhora, o país ainda apresenta déficit social, taxa elevada de desemprego e desigualdade social. Através de uma análise do mercado de trabalho verificou-se que as MPE podem contribuir com o país no processo de minimização desses problemas.

No mundo inteiro há predominância de MPE, assim como no Brasil, no qual no ano de 2008 elas representavam 99,12% das empresas formais, sendo responsáveis pela maioria dos empregos gerados no país (mais de 13 milhões de postos de trabalho). Esses números retratam apenas uma parcela da realidade, pois na economia brasileira há muitas empresas que estão em funcionamento no mercado de maneira ilegal. Como forma de promover a legalização o governo reduz os impostos e aumenta os incentivos para as MPE.

Essas empresas sempre encontraram dificuldades de se manter no mercado, porém essa realidade vem se alterando, principalmente após a implementação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, que busca incentivar a sobrevivência e desenvolvimento dessas empresas através de apoio a inovação, crédito e consultoria. Como resultado dessa política industrial verificou-se a redução da taxa de mortalidade dessas empresas, a qual em 2005 foi de 22%.⁴

A política industrial tem programas que buscam a inserção externa de produtos e empresas brasileiras. As empresas brasileiras que apresentavam capacidade exportadora, conforme visto no capítulo II, foram estimuladas e capacitadas para promoverem suas exportações. Entre os anos de 2007 e 2008, houve um crescimento de 12,32% nas exportações brasileiras, fruto de programas que incentivaram e apoiaram essas empresas a buscarem a inserção externa.

⁴

Para melhor esclarecimentos a seção 3.5 será destinada a análise da sobrevivência e mortalidade.

A seguir serão apresentados dados entre os anos de 2000 a 2008, para verificar a evolução durante este período. Para tanto, será analisado a evolução do número de estabelecimentos, a participação de cada setor, os empregos gerados, a remuneração média, as exportações, a sobrevivência, a natalidade e a mortalidade das MPE.

3.1 QUANTIDADES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A maior parte das empresas constituídas no Brasil é de micro e pequeno porte. De acordo com o ANUÁRIO DO TRABALHO NA MICRO E PEQUENA EMPRESA (2009) o Brasil apresentava no ano 2000, 4.281.939 estabelecimentos, sendo que a maioria era constituída por microempresas representando 94,92% do total de empresas naquele ano. Estas são as micro, divididas em empresas com e sem empregados, sendo as microempresas com empregados 1.278.340, enquanto as sem empregados eram 2.786.148. Durante o período de 2000 a 2008 houve crescimento no número de estabelecimentos de todo o porte de empresas. Vale destacar a evolução das pequenas empresas que cresceram 62,11% até o ano de 2008, tendo o ano 2000 como ano-base. Em segundo lugar ficaram as grandes empresas que apresentaram um crescimento de 60,81%, já as médias ficaram com 57,31% e as micro com 34,99%. No ano de 2008 o Brasil atingiu 5.838.070 estabelecimentos, sendo 5.486.649 micro, com empregados 1.783.090 e sem 3.703.559. As pequenas eram 300.047, as médias 33.597 e as grandes 17.777. As micro sem empregados na sua grande maioria são um empreendimento de uma pessoa que estava desocupada, que necessita ter uma renda e acaba investindo no seu negócio próprio. Geralmente esses empreendedores apresentam baixa capacidade administrativa e gerencial, o que dificulta sua estabilidade no mercado. O número certo de microempresas e pequenas empresas é desconhecido, pelo fato de existirem muitas empresas trabalhando de forma irregular. Isso acontece por que muitas empresas acabam encontrando dificuldade em trabalhar de forma legalizada

pelo fato de aumentar suas despesas. Em muitos casos, a estrutura dessas empresas não consegue suportar os custos que a regularização pode trazer.

A tabela 1 apresenta o número de estabelecimentos no Brasil de acordo com o porte da empresa. Através dela podem-se comprovar os dados apresentados acima.

TABELA 3. NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS NO BRASIL POR PORTE.

PERÍODO	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro sem empregados	Micro com empregados	TOTAL
2000	4.064.488	185.093	21.303	11.055	2.786.148	1.278.340	4.281.939
2001	4.385.059	196.151	22.016	11.408	3.050.884	1.334.175	4.614.634
2002	4.634.970	208.481	22.948	11.954	3.231.406	1.403.564	4.878.353
2003	4.786.271	217.327	23.500	12.316	3.341.423	1.444.848	5.039.414
2004	4.945.190	234.175	25.608	13.320	3.437.542	1.507.648	5.218.293
2005	5.116.357	248.496	27.001	14.258	3.538.666	1.577.691	5.406.112
2006	5.198.568	261.512	28.865	15.258	3.556.371	1.642.197	5.504.203
2007	5.313.753	279.066	31.403	16.648	3.619.046	1.694.707	5.640.870
2008	5.486.649	300.047	33.597	17.777	3.703.559	1.783.090	5.838.070

FONTES: ANUÁRIO DO TRABALHO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 2009
ELABORAÇÃO: DIEESE (2009)

As MPE vêm reduzindo a sua participação no número total de empresas, como consequência do crescimento dessas empresas, que passam de micro e pequeno porte para médio. Uma das responsáveis por este acontecimento é a PITCE, que através de programas já exposto, resultou em melhorias no processo produtivo e difusão de novas tecnologias, tornando as empresas mais competitivas e com maior participação de mercado. Esse programa capacitou os empresários, através de cursos de gestão empresarial, métodos de comercialização, informações sobre fontes de financiamento e suas facilidades, proporcionando a ampliação e a sustentabilidade econômica de suas empresas no mercado.

Através da tabela abaixo pode-se verificar o comportamento do setor industrial e da construção durante o período de 2000 a 2008 em relação à quantidade de estabelecimentos neste setor. As micro empresas se destacam,

apresentando um crescimento em praticamente todo o período de análise. No ano 2000 havia 453.657 microempresas no ramo indústria de transformação e 32.120 pequenas empresas, já no ano de 2008 eram 590.965 e 46.278, respectivamente. Apesar desse crescimento em quantidade de estabelecimentos, as microempresas perderam participação no mercado frente ao crescimento do número de estabelecimentos de empresas médias e grandes. As microempresas tinham uma fatia de 91,81% em 2000 e em 2008 passaram para 91,09%. Houve uma queda em quantidade total de estabelecimentos inferior a 0,8%, enquanto as pequenas empresas cresceram 0,66% neste período, já as médias e grandes empresas apresentaram uma elevação abaixo de 0.1%.

A indústria de transformação recebeu diversos incentivos para melhorar o seu desenvolvimento. Houve uma redução em termos percentuais na quantidade de estabelecimentos MPE, porque a PITCE promoveu programas que afetaram diretamente essas empresas, as quais cresceram e passaram a ser definidas com empresas de médio porte. O carro chefe para o desenvolvimento das indústrias de transformação foram as facilidades geradas pelo PNI e o PAPPE, que promoveram o desenvolvimento de novas tecnologias, compra de máquinas e equipamentos, desenvolvimento de processos e produtos, deixando as MPE mais competitivas. Merece ser destacado o MODERMAQ, que tinha como objetivo estimular a compra de novos equipamentos, mas devido a uma taxa de juros muito elevada, de 13,95% a maioria das MPE não tiveram acesso ao programa, o qual beneficiou em maior medida empresas de maior porte.

TABELA 4. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PERÍODO DE 2000-2008

PERÍODO	INDUSTRIA		CONSTRUCAO	
	MICRO	PEQUENA	MICRO	PEQUENA
2000	91,81%	6,50%	94,09%	4,87%
2001	92,02%	6,38%	94,10%	4,87%
2002	92,06%	6,35%	94,29%	4,76%
2003	92,07%	6,34%	94,48%	4,61%
2004	91,63%	6,68%	94,21%	4,80%
2005	91,64%	6,71%	93,92%	4,98%
2006	91,56%	6,74%	93,32%	5,44%
2007	91,18%	7,02%	92,88%	5,79%
2008	91,09%	7,13%	92,66%	5,91%

FONTE: RAIS 2009
ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA RAIS

Conforme a tabela 1 mostra de 2000 a 2002 as microempresas do setor de construção civil apresentaram um crescimento percentual na quantidade de estabelecimentos. Após 2002, elas começam a perder mercado, quando se trata em unidades de empresas e até 2008 não se recuperaram. Neste ínterim, as pequenas, médias e grandes empresas apresentaram um crescimento, sendo as pequenas empresas as que mais cresceram em número de estabelecimentos. No ano 2000 havia 159.304 microempresas, 8.253 pequenas, 1.569 médias e 182 grandes estabelecimentos, enquanto em 2008 havia 206.893, 13.204, 2.773 e 402 estabelecimentos, respectivamente.

Nos últimos anos, a construção civil vem recebendo apoio do governo, através de políticas fiscais, cursos de capacitação profissional e financiamentos, pelo fato de ser um setor que esta em expansão, em razão do déficit de moradias e, principalmente, por ser um grande gerador de emprego.

O comércio é o setor que mais apresentava estabelecimentos no período. Em 2000 havia 2.331.861 estabelecimentos de um total de 4.281.939, ou seja, mais da metade dos estabelecimentos eram deste setor, sendo as microempresas as que mais apresentavam estabelecimentos (96,09%) enquanto as pequenas apresentavam apenas 3,55%. Em 2008 já havia 94,75% de micro e 4,72% de pequenas. O crescimento do comércio de pequeno porte ocorreu em razão das microempresas terem melhorado o seu empreendimento, o que aumentou o número de funcionários e suas receitas e transformou as empresas de pequenas em médias.

Apesar de apresentar muitos estabelecimentos, empregam pouca mão de obra, devido ao fato de serem empresas pequenas, e serem empreendimentos criados por necessidade. Segundo Global Entrepreneurship Monitor (GEM) (2009), o conjunto das microempresas é formado em grande parte por pessoas que se encontravam desocupadas e abriram seu próprio negócio. O PNI e o SEBRAE são os grandes responsáveis pelo sucesso dessas empresas, por oferecem consultorias e desenvolverem capacidade tecnológica, administrativa e de gestão. Esse auxílio fortaleceu essas empresas proporcionando as mesmas competir com empresas de maior porte. O reflexo disso é a redução da mortalidade das MPES, as quais partir de 2000 vêm apresentando taxas significativas de sobrevivência, que será analisada na seção 3.5.

No setor de serviços as médias e grandes empresas apresentam menos de um por cento em todo o período analisado. A partir de 2003, as micro empresas começam a perder poder em relação ao total de empresas e as pequenas iniciam sua recuperação. Neste ano as micros representavam 94,47% dos estabelecimentos de serviços no Brasil, as pequenas eram 4,55%. Já no ano de 2008 eram 93,33% e 5,05%, respectivamente.

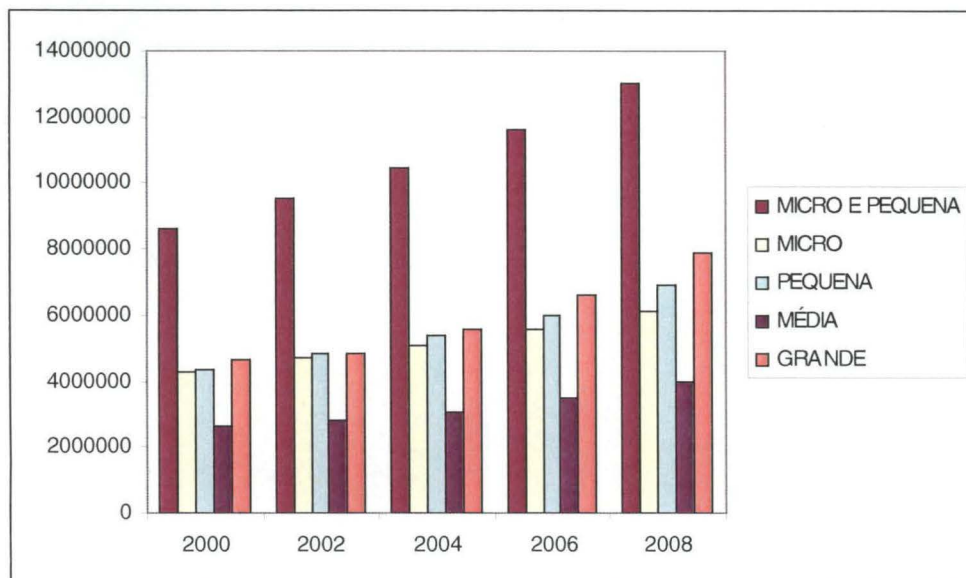
A forte participação das empresas menores neste setor esta relacionada à contratação dos seus serviços. Nos últimos anos as grandes empresas vêm terceirizando o seu pessoal como forma de redução de folha de pagamento, custos e encargos tributários. Com isso, empresas menores começaram a fornecer mão de obra para as maiores sob a denominação de serviços. Essa é uma tendência que vem acontecendo no mundo todo.

3.2 GERAÇÃO DE EMPREGO

As empresas de menor porte, além de conformar parte das empresas brasileiras, também são as grandes responsáveis pelos empregos gerados no país. Em 2008 dos 24.923.699 milhões de empregos formais no país as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 13.027.233 milhões, mais da metade dos empregos. Nesse ano, as micro representavam 24,52%, as pequenas 27,74%, as médias 16% e as grandes 31,74%. Os dados analisados do número de emprego formal são dos anos: 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, que estão disponíveis no Anuário do Trabalho nas Micro e Pequenas Empresas 2009. Pode-se observar nesse período que apesar das MPE serem responsáveis por mais de 50% dos empregos formais no país, a partir de 2006 sua participação vem caindo. A redução em termos percentuais na quantidade de empregos gerados vem caindo pelo fato de que a inserção da inovação e o aprimoramento do processo produtivo substituem o trabalhador por máquinas. As médias também apresentaram redução neste mesmo período, enquanto as grandes empresas vêm apresentando crescimento na geração de emprego desde 2006.

Através de programas de incentivo a novas tecnologias, desenvolvimento de produtos e processos, financiamento - desenvolvidos pela lei do bem e lei da inovação tecnológica - as MPE tornaram mais competitivas. Isso se deve às novas tecnologias adotadas, sendo elas máquinas e equipamentos que acabaram por substituir uma parcela da mão de obra, aumentando a escala de produção e reduzindo assim os custos.

GRÁFICO 1. EMPREGOS GERADOS



FONTE: RAIS 2009
ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE DADOS DA RAIS

Através do gráfico acima pode-se verificar que as MPE são as empresas que mais empregam trabalhadores, porém quando comparadas individualmente as grandes empresas são as responsáveis pela maior parte do emprego gerado seguido das pequenas.

3.3 REMUNERAÇÃO MÉDIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Apesar das MPE gerarem a maior parte dos empregos formais, a remuneração média dos trabalhadores nessas empresas é menor do que a dos trabalhadores nas grandes e médias empresas. O salário médio dos trabalhadores formais está relacionado diretamente com o tamanho da empresa, ou seja, empresas maiores remuneram melhor seus funcionários. Além disso, as empresas

maiores utilizam mais intensamente mão de obra qualificada, pois desenvolvem sua atividade produtiva com mais eficiência, o que reduz seus custos, podendo remunerar melhor os seus funcionários.

A seguir será apresentada a tabela de remuneração média dos trabalhadores das microempresas e pequenas empresas no Brasil, respectivamente, s anos de 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008.⁵

TABELA 5. REMUNERAÇÃO MÉDIA NAS MICROEMPRESAS BRASIL 2000-2008 EM REAIS 31/12

SETOR	2000	2002	2004	2006	2008
INDÚSTRIA	430	518	637	746	871
CONSTRUÇÃO	454	534	662	754	889
COMÉRCIO	364	434	530	618	733
SERVICOS	436	510	615	713	825
TOTAL	405	480	583	679	797

FONTE: MTE, RAIS
ELABORAÇÃO: DIEESE

TABELA 6. REMUNERAÇÃO MÉDIA NAS PEQUENAS EMPRESA BRASIL 2000-2008 EM REAIS 31/12

SETOR	2000	2002	2004	2006	2008
INDÚSTRIA	609	720	867	1002	1172
CONSTRUCAO	544	629	777	884	1044
COMÉRCIO	517	593	712	814	954
SERVICOS	596	677	797	916	1043
TOTAL	569	656	785	900	1044

FONTE: MTE, RAIS
ELABORAÇÃO: DIEESE

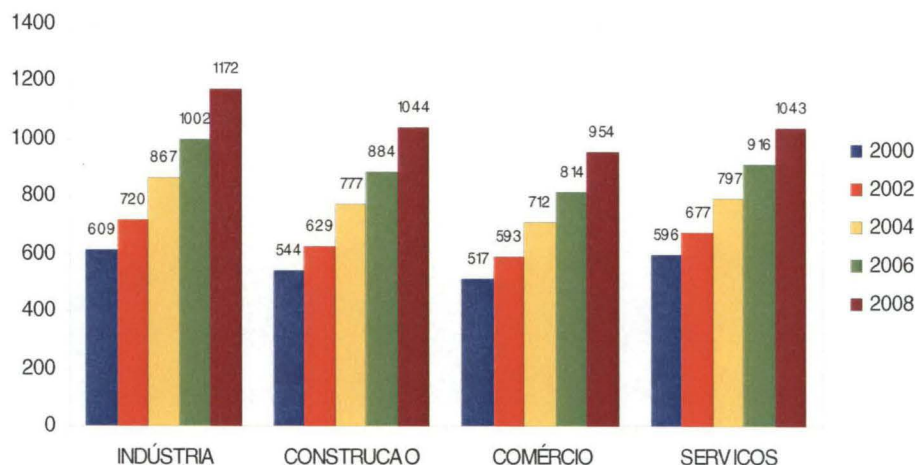
Nas empresas de maior porte, setores que utilizam mais tecnologia, remuneram melhor seus empregados. As micro na indústria de transformação pagam a melhor remuneração média, 11% a mais do que a média, enquanto o comércio que não utiliza-se de muita tecnologia paga -9%. Já nas empresas de pequeno porte os trabalhadores recebem 12,22% a mais do que a média. O comércio pagou -9,11% da remuneração média em 2008.

⁵

Dados disponíveis no Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2009

A diferença na remuneração média desses dois setores aumentou após a implantação da PITCE, o que confirma que empresas de setores que mais se beneficiaram desenvolveram novas tecnologias e melhoraram a remuneração de seus funcionários. O mesmo aconteceu com as pequenas empresas. A indústria remunera 12,26% a mais da média e o comércio -9,13% a menos.

GRÁFICO 2. REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS TRABALHADORES POR PORTE DE EMPRESA BRASIL 2000 EM R\$



FONTE: RAIS 2009
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Com o crescimento em termos percentuais pode-se notar que as micros obtiveram, neste período, um crescimento na média salarial superior às pequenas empresas do ano de 2002 a 2004, enquanto no período de 2004 a 2006 apenas o setor de comércio teve a remuneração média inferior a das empresas de comércio de pequeno porte.

3.4 EXPORTAÇÃO

A década de 1990 foi marcada pela abertura econômica que proporcionou a entrada de produtos estrangeiros. Como forma de combater esses produtos, as empresas brasileiras passaram por um processo de busca pela inovação para não

perder mercado interno e conseguir aumentar a sua inserção externa, procurando desenvolver processos e produtos que fossem competitivos.

O desenvolvimento de novos processos, produtos, inovação, desenvolvimento tecnológico, centro de distribuição, divulgação de produtos brasileiros no exterior, deduções tarifárias e incentivos às exportações, foram estratégias que a PITCE adotou para promover a inserção internacional do país.

O país, que busca aumentar e diversificar a sua pauta de exportação, tem que promover o fortalecimento e o crescimento de suas empresas, estimulando a criação de produtos que apresentem algum diferencial para que as empresas consigam a sua inserção e estabilização, considerando que o mercado internacional tem uma competitividade muito forte.

Nesta seção será analisado o desempenho das empresas nas exportações brasileiras no período de 2000 a 2008. Para isso serão observados: o número de empresas exportadoras, classificadas conforme estrutura da SECEX em micro, pequenas, micro e pequena especial, média, grande e não-classificada; o valor em milhões de dólares das exportações e o valor exportado por classe de produtos das MPE que são: básicos, semimanufaturados, manufaturados e demais.

Os critérios utilizados para definição das micro e pequenas empresas foram o número de empregados de acordo com o SEBRAE e o faturamento bruto definido pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Devido à necessidade de classificar outras empresas que seriam consideradas MPE foram definidas como micro e pequenas empresas especiais as que apresentam uma quantidade inferior de empregados nas pequenas empresas, mas que possuem o valor de suas exportações dentro do limite definido da receita bruta por este porte. O número de funcionários está dentro do definido pelas micro e sua receita bruta está nos limites da pequena empresa. Não-classificadas são aquelas empresas que não tem informações sobre o número de empregados (SEBRAE, 2010).

TABELA 6. TOTAL DE ESTABELECIMENTOS EXPORTADORES BRASIL 2002 2008

PORTE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
MICRO	4758	5309	5660	5812	6499	6043	5708	5890	5785
PEQUENA	6140	6665	6820	7153	7655	7534	7293	7162	7014
MP ESPECIAL	1012	1078	1150	1336	1542	1551	1549	1470	1349
MÉDIA	3251	3333	3347	3401	3664	3607	3668	3786	3772
GRANDE	1329	1386	1394	1490	1640	1692	1675	1883	1877
N CLASSIFICADA	2	4	9	11	31	61	63	0	0
TOTAL	16492	17775	18380	19203	21031	20488	19956	20191	19797

FONTE: SEBRAE 2009
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A quantidade de estabelecimentos exportadores aumentou durante todo o período analisado, fruto do estímulo das políticas industriais do governo federal. Houve oscilações em termos de participação. Tendo como base o ano 2000, pode-se destacar o crescente número de empresas de grande porte, que representou um aumento de 2000 a 2008 de 41,23% dos estabelecimentos exportadores. Nos últimos anos, somando estes três portes de empresas houve redução de pequenas empresas exportadoras, enquanto as médias e grandes empresas aumentaram seu número de empresas exportadoras.

Um dos fatores que reduziu a quantidade de empresas exportadoras de menor porte foi a valorização do real, o que tornou os produtos estrangeiros mais baratos e competitivos. Os produtos de exportações das MPE e MP especial são produtos manufaturados que tem o trabalho como intensivo, o que eleva o custo do produto e torna quase impossível a competição entre o produto dessas empresas com os chineses.

TABELA 7. VALOR EXPORTADO EM MILHÕES DE DÓLARES

PERÍODO	MICRO	PEQUENA	MP		
			ESPECIAL	MÉDIA	GRANDE
2000	108.200	1.082.900	5.666.400	9.463.600	38.772.200
2001	114.200	1.160.400	6.597.500	8.460.300	41.870.400
2002	116.000	1.123.300	5.827.900	8.850.800	44.460.700
2003	124.700	1.261.700	7.561.100	10.268.200	53.883.000
2004	134.000	1.445.300	9.272.300	14.064.000	71.529.600
2005	144.500	1.665.900	10.205.400	14.652.100	91.636.700
2006	144.100	1.749.800	12.171.000	18.629.600	104.908.900
2007	169.600	1.925.400	13.646.000	19.336.600	125.263.200
2008	184.600	2.072.300	13.482.800	23.092.500	158.765.500

FONTE: SEBRAE 2009
ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Apesar de apresentarem maior número de empresas exportadoras as MPE exportam bem menos que as empresas de maior porte. Isso ocorre porque as grandes empresas possuem máquinas e equipamentos mais atuais que as MPE. Além disso, apresentam economia de escala, a partir da qual as grandes empresas diluem seus custos em quantidades maiores de produtos podendo reduzir o preço de venda, o que não pode ser realizado nas MPE.

3.5 SOBREVIVÊNCIA E MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O SEBRAE (2004), com base em pesquisa realizada com empresários das MPE, apresentou os fatores que inibem o sucesso das empresas como: falta de conhecimento e habilidade gerencial; inexistência de projeto para implantação da empresa e marketing; desconhecimento do mercado no qual se pretende entrar e

dos clientes e fornecedores; capital próprio reduzido; máquinas e equipamentos obsoletos e desinformação sobre as fontes de financiamento.

Nos últimos anos as MPES vêm obtendo sucesso quanto a sua sobrevivência, o que se observa devido ao fato de que a taxa de mortalidade está se reduzindo. Isto se deve ao fortalecimento da economia brasileira, que provocou a redução da taxa de juros e da inflação, melhoria na condição de vida das pessoas, (aumentando o poder de compra das classes C, D e E) e, especialmente, ao objetivo da PITCE, que através dos seus programas apoia as empresas.

Programas como PNI, PAPPE, lei do bem, lei da inovação, SEBRAE propagaram a inovação de produtos e processos, o conhecimento gerencial, além de disponibilizarem crédito, incentivos fiscais ao financiamento e consultoria. Na tabela abaixo pode-se verificar a influência desses programas na sobrevivência das MPE.

TABELA 8. MORTALIDADE⁶ E SOBREVIVÊNCIA⁷ DAS MPE

Existência	Ano de constituição	Mortalidade (A)	Ano de Constituição	Mortalidade (B)	Varição (B-A)
Até 2 anos	2002	49,40%	2005	22,00%	-27,40%
Até 3 anos	2001	56,40%	2004	31,30%	-25,10%
Até 4 anos	2000	59,90%	2003	35,90%	-24,00%

FONTE: SEBRAE 2007
ELABORAÇÃO SEBRAE

A tabela acima mostra a sobrevivência e a mortalidade das MPE. Dentre as empresas constituídas em 2002, com até dois de existência, 49,4% decretaram falência até 2004.

Empresas abertas em 2002 tinham uma taxa de sobrevivência de 50,6% e em 2005 essa taxa passou para 78,0%, sofrendo uma variação de 27,4%. Comparando o percentual de falências ocorrido entre 2001 e 2004, com empresas de até três anos de existência, foi constatada uma queda na taxa de falências de

56,4% para 31,3%, respectivamente. A melhora no desempenho das MPE é consequência da conscientização do governo e da sociedade sobre a importância dessas empresas para a economia do país.

O estudo da mortalidade e sobrevivência das MPE foi realizado com base em uma amostra de 14.181 empresas pesquisadas entre os dias 25 de abril a 30 de junho de 2007. Foi utilizado um intervalo de confiança de 95%. Os dados são referentes a empresas que foram constituídas em 2003, 2004 e 2005 (SEBRAE, 2007).

Para a sociedade, a mortalidade das empresas tem um custo muito elevado e apresenta diversos problemas sociais como: aumento do desemprego, redução de renda das pessoas e aumento de gastos do governo através de programas de apoio a pessoas desempregadas como o seguro desemprego, bolsa família e problemas de ordem psicológica.

3.6 CONSIDERAÇÕES

O crescente apoio que o Estado vem dando às MPE está promovendo uma melhora na situação dessas empresas, as quais estão cada vez mais competitivas, aumentando seus números de estabelecimentos. Além disso, observa-se a redução da mortalidade das MPE, que expandiram sua produção, os seus estabelecimentos e estão inserindo-se em novos mercados internacionais. Isso é fruto de incentivos, aumento de crédito e principalmente da difusão da inovação, através da integração entre instituições públicas e privadas.

A participação das MPE nas exportações totais brasileiras voltou a aumentar em 2009, após vários anos de redução contínua. É provável que essa recuperação esteja relacionada mais ao efeito da queda dos preços internacionais das *commodities* do que a um desempenho relativamente melhor das quantidades exportadas, tendo em vista que as exportações das MPE concentram-se em bens

manufaturados, e as firmas de maior porte dependem mais das *commodities*. Em 2009, os preços de exportação dos produtos básicos e semimanufaturados tiveram reduções de 17,5% e 20,3%, respectivamente, ao passo que os manufaturados tiveram queda de apenas 5,8%.

CONCLUSÃO

A abertura econômica fez com que as empresas brasileiras buscassem novas estruturas de produção, gerenciamento e organização, pelo aumento da competitividade entre elas. Nesse cenário, as MPE não apresentaram as forças necessárias que o mercado exige para se desenvolverem e sobreviverem.

Devido à importância das MPE na economia brasileira, o governo federal desenvolveu uma política industrial, com programas voltados para atender as reais necessidades dessas empresas, através da disponibilização de recursos financeiros, capacitação técnica e gerencial, expansão da inovação, pesquisas, redução de encargos e estímulo a formalidade das MPE que estavam ilegais. O objetivo dessa política é promover condições de competição, crescimento e sustentação a essas empresas.

A sobrevivência dos seus estabelecimentos vem aumentando, consequência da capacitação dos seus gestores e de melhor condição de vida das pessoas. Em uma economia próspera, trabalhadores empregados consomem mais e estimulam o aumento da produção, proporcionando o crescimento econômico.

O fortalecimento das MPE fez com que muitas se inserissem no mercado externo. Hoje elas representam uma grande parte das empresas exportadoras brasileiras (são mais de 56%). Contudo, os seus valores exportados eram muito inferiores aos das grandes empresas, o que se reverteu no decorrer do período de 2000 a 2008, quando houve um crescimento significativo das MPE exportadoras.

A inovação e as facilidades de crédito possibilitaram às micro e pequenas empresas aumentarem sua escala de produção, através da substituição de trabalhadores por máquinas. O setor de serviços, por sua vez, se destaca pela forte transformação que vem ocorrendo nos últimos tempos, cujas empresas de maiores porte contratam empresas prestadoras de serviços, como meio de reduzir seus custos e despesas com impostos.

A PITCE para distribuir os recursos que ela disponibiliza entre as empresas, tem como requisito liberar recursos para empresas que respeitam as leis ambientais e sociais, que buscam um crescimento sustentável. Uma forma de relacionar a sociedade, economia e a ecologia. As empresas deverão verificar os impactos que poderão ser causados no meio ambiente, preservar e recuperar o solo, as matas, a qualidade do ar, mas também não podem esquecer os impactos relativos à capacidade de geração de emprego, bem como à qualidade desse emprego e do ambiente de trabalho. Para a incorporação efetiva da qualidade de vida como parâmetro de planejamento é necessário considerar ações de caráter preventivo, focadas no bem-estar da população envolvida.

O objetivo de geração de emprego, renda, inovação foi atingido pela PITCE, os investimentos nos diversos setores da economia promoveu o crescimento das empresas e como consequência trouxe melhorias para a vida das pessoas. A inovação, busca o desenvolvimento humano, faz com que o indivíduo se capacite profissionalmente e consiga a reinserção no mercado de trabalho e a possibilidade de ter uma renda, trazendo benefícios para toda a sociedade.

A PITCE teve boas intenções e também resultados, aumento da pesquisa, capacitação profissional, redução da mortalidade das MPE, legalização das empresas que estavam no mercado ilegal, expansão no mercado externo, redução do desemprego, gerou renda. Devido a estas melhorias o governo promoveu novos programas e adaptou outros, lançando uma versão atualizada da PITCE, a Política de Desenvolvimento Produtivo em 2008 (PDP)⁸, a qual promete um controle rígido e a maior divulgação dos resultados alcançados.

⁸

A análise da PDP fica como um possível estudo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI) **Sumário Executivo PITCE-setembro de 2007**, Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/17/21>. Acesso 15/10/2010.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL). Centro de Distribuição no Exterior. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/>>. Acesso em: 10/9/2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA (ABINEE). **Proposta para uma Nova Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos08/562_versao_final_corrigida_final.pdf>. Acesso em: 25/10/2010

BRASIL. Ministério da Casa Civil. **Lei complementar n.123, de 14 de dezembro de 2006. Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 dez. de 2006.

BRASIL. Decreto-lei n°10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Marco legal da Inovação**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 3 de dez. 2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004htm>. Acesso em: 12/05/2010.

CAMPANÁRIO, M.A.; SILVA, M. M; COSTA, T.,R. **Política Industrial, Tecnológica e de comércio exterior. 18f. Artigo-XI Seminário Latino Iberoamericano e Gestão Tecnológica**, Salvador, 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Contribuição da Pesquisa para a Inovação** 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/31/15/37625734.pdf>>. Acesso em: 15/08/2010.

CAVALCANTI, M. F.; MARTINELLI, D.P. **As Políticas Públicas de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME): o caso de um município no interior de São Paulo**, 2008. Disponível em: <http://www.issbrasil.usp.br/pdfs2/gso_8.pdf>. Acesso em: 15/10/2010.

CEZARINO, L. Política Industrial. **Micro e Pequenas Empresas Características Estruturais e Gerencias**. Revista de Economia Política, v.18 n.2, p. 55-62, abr/jun. 2000.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Dieese). **Política de Desenvolvimento Produtivo Nova Política Industrial do Governo**. Mai 2008. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec67PoliticaDesenvolvimento.pdf>>. Acesso: 15/6/2010.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Relatório de atividades FINEP 2006**. Disponível em: <www.finep.gov.br/...finep/.../relatorio_gestao_finep_2006.pdf>. Acesso em 10/07/2010.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Relatório de atividades FINEP 2005**. Disponível em: http://www.finep.gov.br/numeros_finep/relatorio_atividades/ra_2005.pdf >. Acesso em: 10/07/2010.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Relatório de atividades FINEP 2004**. Disponível em: < http://www.finep.gov.br/numeros_finep/relatorio_atividades/ra_2004.pdf >. Acesso em: 10/07/2010.

FLEURY, A.; FLEURY, T. L. **Política Industrial 2**. São Paulo. Publifolha, 2004

Global Entrepreneurship Monitor (GEM) (2009). **Empreendedorismo no Brasil 2009**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/integra_bia?ident_unico=12595>. Acesso em: 15/9/2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento, Estado, Planejamento e Políticas Públicas**. 2009. versão internet: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/090921_BrasilDesenvlivro2.pdf>. Acesso: 10/5/2010.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE PRIVADA (INPI). 28 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-superior/imprensa/clipping/julho%202010/28-07-2010>>. Acesso em: 15/10/2010.

KUPFER, DAVID; HASENCLEVER, LIA. **Economia Industrial: Fundamentos teóricos e prática no Brasil**. Cap. 22- Política Industrial. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2002.

KUPFER, DAVID; HASENCLEVER, LIA *et al.* **Economia Industrial: Fundamentos teóricos e prática no Brasil**. Cap. 23- Política Industrial. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2002.

MATTOS, P. T. L. **Política Industrial e Política de Defesa da Concorrência: Conflito ou Convergência?**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < <http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/9/9b/PIIndustrial.pdf> >. Acesso 15/06/2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balço da PITCE 2005**. Disponível em :< <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/ascom/ascom/polindteccomexterior.php> >. Acesso em 10/7/2009.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Manual de Incubadoras 2000. Disponível em: <www.revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/.../22/20>. Acesso em: 10/7/2010.

MORAIS, J. M. DE. Texto Para Discussão IPEA 46 anos 2007. **Políticas de Apoio Financeiro à Inovação Tecnológica: Avaliação dos Programas MCT/Finep para Empresas de Pequeno Porte 2007**.

NETO, J. A. **AS POLÍTICAS INDUSTRIAIS E TECNOLÓGICAS E AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: INICIATIVAS NA HISTÓRIA RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA**. Revista Gestão Empresarial. Vol.3. Ponta Grossa. 2007.

PESQUISA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (PINTEC) 2008. Disponível em: <www.pintec.ibge.gov.br/index.php?...pintec-2008>. Acesso em: 10/11/2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. **Diretrizes de política industrial, tecnológica e de comércio exterior**. Brasília: Casa Civil, 2003. 23p. Disponível em: <http://win.biominas.org.br/biominas2008/images_up/documentos//programa_biotechnologia.pdf>. Acesso em 15/05/2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. **Sexta carta de Concertação - política industrial como consenso para uma agenda de desenvolvimento**. Brasília: Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004. 4p.

PLONSKI, G. A. **Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 2004**. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/?q=node/77>. Acesso em 15/07/2010.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). Anuário do trabalho 2009. Relatório. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/pamLoginMTE>>. Acesso em 15/08/2010.

SALERNO; DAHER, T. M.S. PITCE: **Balço e Perspectiva. Brasília, 2006**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto181.pdf>> Acesso em 15/08/2010.

SEBRAE; DIEESE, **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**,. Brasília; São Paulo, 2010. Relatório. Disponível em: http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/emprego/anuario_trabalho_2009.pdf Acesso em: 23/10/2010.

SEBRAE. **As Micro e Pequenas Empresas na Exportação Brasileira 1998-2009**. Brasília; São Paulo, 2010. Relatório. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/exportacoes>>. Acesso em: 23/10/2010.

SEBRAE: **Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micros e Pequenas Empresas no Brasil 2003-2005**. Disponível em : <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf)>. Acesso em: 15/8/2010.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Mundo SEBRAE**. Nov. 2008. Disponível em: <<http://mundosebrae.wordpress.com/2008/11/25/mei-micro-empendedor-individual/>> Acesso: 10/6/2010.

SUZIGAN, WILSON e FURTADO, JOÃO . Experiência histórica de política industrial no Brasil. **Tópico 2 Política Industrial: Enfoque e Justificativa analítica**. Revista de Economia Política, vol. 16 n.1, janeiro-março de 1996. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/61-1.pdf>>. Acesso em: 20/09/2009.

SUZIGAN, WILSON e FURTADO, JOÃO. Política Industrial e Desenvolvimento. **Tópico: 1 Fundamentos teóricos da política industrial**. Revista de Economia Política, vol. 26. n.2, abril-junho, 2006. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/102-1.pdf>>. Acesso em: 12/09/2009.

ANEXOS:

TABELA 9. REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL DE EMPREGO CONFORME TAMANHO DA EMPRESA.

TAMESTAB	2009		2008	
	ESTOQUE	%	ESTOQUE	%
ATE 4	3484001	8%	3337147	8,46%
DE 5 A 9	3331941	8%	3176581	8,05%
DE 10 A 19	3764578	9%	3588332	9,09%
DE 20 A 49	4757238	12%	4564415	11,37%
DE 50 A 99	3351908	8%	3230499	8,15%
DE 100 A 249	4236164	10%	4101840	10,40%
DE 250 A 499	3581931	9%	3456578	9,03%
DE 500 A 999	3548183	9%	3396327	8,61%
1000 OU MAIS	11151602	27%	10589847	26,84%
TOTAL	41207546	100%	39441566	100,00%

RAIS

TABELA10

REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS EMPREGADOS EM MICROEMPRESAS, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA BRASIL 2000-2008 EM R\$ ESTABELECIMENTOS FORMAIS E PERCENTUAL DE AUMENTO ANO BASE 2000

SETOR	2000	2002	2004	2006	2008	2002	2004	2006	2008
INDÚSTRIA	430	518	637	746	871	20,47%	22,97%	17,11%	16,76%
CONSTRUCAO	454	534	662	754	889	17,62%	23,97%	13,90%	17,90%
COMÉRCIO	364	434	530	618	733	19,23%	22,12%	11,60%	18,61%
SERVICOS	436	510	615	713	825	16,97%	20,59%	15,93%	15,71%
TOTAL	405	480	583	679	797	18,52%	21,46%	16,47%	17,38%

FONTE:RAIS

TABELA11

REMUNERAÇÃO MÉDIA DOS EMPREGADOS NAS PEQUENAS EMPRESAS, POR SETOR DE ATIVIDADE ECONOMICA BRASIL 2000-2008 EM R\$ E PERCENTUAL DE AUMENTO ANO BASE 2000

SETOR	2000	2002	2004	2006	2008	2002	2004	2006	2008
INDÚSTRIA	609	720	867	1002	1172	18,23%	20,42%	15,57%	16,97%
CONSTRUCAO	544	629	777	884	1044	15,63%	23,53%	13,77%	18,10%
COMÉRCIO	517	593	712	814	954	14,70%	20,07%	14,33%	17,20%
SERVICOS	596	677	797	916	1043	13,59%	17,73%	14,93%	13,86%
TOTAL	569	656	785	900	1044	15,29%	19,66%	14,65%	16,00%

FONTE: RAIS

TABELA 12

PERCENTUAL DE EMPREGOS POR PORTE DE ESTABELECIMENTOS

PERÍODO	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	MPE
2000	26,95%	27,19%	16,69%	29,17%	54,14%
2002	27,49%	28,08%	16,25%	28,18%	55,57%
2004	26,69%	28,09%	16,10%	29,12%	54,78%
2006	25,77%	27,80%	16,03%	30,41%	53,57%
2008	24,53%	27,74%	16,00%	31,73%	52,27%

FONTE: RAIS